

# O Conselho Nacional de Economia Solidária na Visão de seus Conselheiros

## Relatório de Pesquisa

Projeto Conselhos Nacionais: perfil e atuação dos conselheiros

# **O Conselho Nacional de Economia Solidária na Visão de seus Conselheiros**

## **Relatório de Pesquisa**

**Projeto Conselhos Nacionais: perfil e atuação dos conselheiros**

**ipea**

## **Governo Federal**

### **Secretaria de Assuntos Estratégicos da**

### **Presidência da República**

**Ministro** Wellington Moreira Franco



Fundação pública vinculada à Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República, o Ipea fornece suporte técnico e institucional às ações governamentais – possibilitando a formulação de inúmeras políticas públicas e programas de desenvolvimento brasileiro – e disponibiliza, para a sociedade, pesquisas e estudos realizados por seus técnicos.

#### **Presidente**

Marcio Pochmann

#### **Diretor de Desenvolvimento Institucional**

Geová Parente Farias

#### **Diretora de Estudos e Relações Econômicas e Políticas Internacionais**

Luciana Acioly da Silva

#### **Diretor de Estudos e Políticas do Estado, das Instituições e da Democracia**

Alexandre de Ávila Gomide

#### **Diretora de Estudos e Políticas Macroeconômicas**

Vanessa Petrelli Corrêa

#### **Diretor de Estudos e Políticas Regionais, Urbanas e Ambientais**

Francisco de Assis Costa

#### **Diretor de Estudos e Políticas Setoriais de Inovação, Regulação e Infraestrutura**

Carlos Eduardo Fernandez da Silveira

#### **Diretor de Estudos e Políticas Sociais**

Jorge Abrahão de Castro

#### **Chefe de Gabinete**

Fabio de Sá e Silva

#### **Assessor-chefe de Imprensa e Comunicação**

Daniel Castro

Ouvidoria: <http://www.ipea.gov.br/ouvidoria>

URL: <http://www.ipea.gov.br>

# **O Conselho Nacional de Economia Solidária na Visão de seus Conselheiros**

## **Relatório de Pesquisa**

**Projeto Conselhos Nacionais: perfil e atuação dos conselheiros**

**ipea**

Brasília, 2012

## **FICHA TÉCNICA**

A pesquisa que deu origem a este relatório foi conduzida pela Diretoria de Estudos e Políticas do Estado, das Instituições e da Democracia (Diest) e contribui para o Projeto Institucionalização da Participação Social no Brasil.

O objetivo deste relatório é o de sistematizar as opiniões dos conselheiros sobre os processos participativo e decisório e a qualidade dos produtos resultantes da atuação do Conselho Nacional de Economia Solidária.

### **Coordenação Técnica da Pesquisa**

Joana Luiza Oliveira Alencar – Ipea

Igor Ferraz da Fonseca – Ipea

### **Redação**

Joana Luiza Oliveira Alencar – Ipea

### **Equipe Técnica**

Alexander Cambraia Nascimento Vaz – Ipea

Fábio de Sá e Silva – Ipea

Felix Garcia Lopez – Ipea

Gregório Bueno Benevides Rodrigues Moraes – Secretaria-Geral da Presidência da República

Isadora Cruxên – Ipea

Mateus Galetti de Araújo – Secretaria-Geral da Presidência da República

Raquel Meirelles – Ipea

Roberto Rocha C. Pires – Ipea

Uriella Coelho Ribeiro – Ipea

As opiniões emitidas nesta publicação são de exclusiva e inteira responsabilidade dos autores, não exprimindo, necessariamente, o ponto de vista do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada ou da Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República.

É permitida a reprodução deste texto e dos dados nele contidos, desde que citada a fonte. Reproduções para fins comerciais são proibidas.

## SUMÁRIO

LISTA DE GRÁFICOS .....	7
LISTA DE FIGURAS .....	7
LISTA DE QUADROS .....	7
LISTA DE TABELAS .....	8
LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS.....	8
1 INTRODUÇÃO .....	9
2 METODOLOGIA DA PESQUISA.....	10
3 O CNES: CONTEXTUALIZAÇÃO .....	12
4 DESCRIÇÃO DAS INFORMAÇÕES.....	15
5 QUESTÕES ABERTAS .....	43
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS: QUESTÕES PARA DEBATE .....	45
REFERÊNCIAS .....	47
APÊNDICE A.....	49
APÊNDICE B.....	54



## LISTA DE GRÁFICOS

- Gráfico 1 – Situação no conselho
- Gráfico 2 – Amostra segundo o setor de representação
- Gráfico 3 – Conselheiros segundo o sexo
- Gráfico 4 – Conselheiros segundo a cor/raça
- Gráfico 5 – Escolaridade dos conselheiros
- Gráfico 6 – Religião ou culto dos conselheiros
- Gráfico 7 – Faixa etária dos conselheiros
- Gráfico 8 – Conselheiros segundo a renda familiar média mensal
- Gráfico 9 – Renda familiar média mensal por setor
- Gráfico 10 – Conselheiros segundo o tempo no conselho
- Gráfico 11 – Representação de outros setores dentro do conselho (anterior à representação atual)
- Gráfico 12 – Participação dos conselheiros em outros conselhos
- Gráfico 13 – Número total de conselheiros
- Gráfico 14 – Diversidade dos setores representados
- Gráfico 15 – Número de conselheiros em cada setor
- Gráfico 16 – Avaliação do número de conselheiros em cada setor, por segmento
- Gráfico 17 – Forma de escolha das entidades com assento no conselho
- Gráfico 18 – Forma de escolha dos conselheiros dentro das entidades
- Gráfico 19 – Interesses prioritários (primeira opção)
- Gráfico 20 – Avaliação do grau de articulação dos conselheiros com o poder público
- Gráfico 21 – Avaliação do grau de articulação dos conselheiros com a sociedade civil (empreendimentos econômicos solidários)
- Gráfico 22 – Avaliação do grau de articulação dos conselheiros com a sociedade civil (organizações da sociedade civil e serviços sociais)
- Gráfico 23 – Presença de base de apoio no exercício do mandato do conselheiro
- Gráfico 24 – Frequência de contato com a base de apoio
- Gráfico 25 – Principais formas de contato com a base de apoio
- Gráfico 26 – Frequência de consulta à base de apoio para definir posicionamento
- Gráfico 27 – Frequência de consulta à base de apoio para relatar os debates/deliberações do conselho
- Gráfico 28 – Frequência de consulta à base de apoio para prestar contas sobre a atuação no conselho
- Gráfico 29 – Frequência de consulta à base de apoio para construir/fortalecer articulações
- Gráfico 30 – Frequência da correspondência entre a atuação dos conselheiros e os interesses de seu setor
- Gráfico 31 – Influência na agenda do CN
- Gráfico 32 – Influência da atuação do conselho nas políticas pública do MTE
- Gráfico 33 – Influência da atuação do conselho nas políticas públicas de outros ministérios com os quais o conselho se relaciona
- Gráfico 34 – Influência do conselho nas iniciativas da sociedade civil
- Gráfico 35 – Influência do conselho na percepção da opinião pública sobre o tema
- Gráfico 36 – Compreensão dos assuntos tratados no conselho
- Gráfico 37 – Compreensão da linguagem utilizada nas reuniões
- Gráfico 38 – Atuação do poder público
- Gráfico 39 – Sociedade civil: empreendimentos econômicos solidários
- Gráfico 40 – Sociedade civil: organizações da sociedade civil e serviços sociais
- Gráfico 41 – Secretaria Executiva do CNES
- Gráfico 42 – Meios de divulgação e comunicação
- Gráfico 43 – Presidência do CNES
- Gráfico 44 – Plenárias
- Gráfico 45 – Principais dificuldades e obstáculos enfrentados atualmente pelo conselho (por número de respostas)

## LISTA DE MAPAS

- Mapa 1 – Distribuição geográfica dos conselheiros do CNES

## LISTA DE QUADROS

- Quadro 1 – Amostra de conselhos e comissões
- Quadro 2 – Composição do CNES para o biênio 2010-2012



## **LISTA DE TABELAS**

- Tabela 1 – Distribuição dos conselheiros por município
- Tabela 2 – Atuação em conselhos fora do CNES
- Tabela 3 – Pontos fortes do CNES
- Tabela 4 – Sugestões de melhorias na atuação do CNES

## **LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS**

- CNES – Conselho Nacional de Economia Solidária
- Diest – Diretoria de Estudos e Políticas do Estado, das Instituições e da Democracia
- IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
- Ipea – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
- POF – Pesquisa de Orçamentos Familiares
- MTE – Ministério do Trabalho e Emprego
- SEES – Secretaria Especial de Economia Solidária
- Senaes – Secretaria Nacional de Economia Solidária

## 1 INTRODUÇÃO

O Ipea, em parceria com a Secretaria-Geral da Presidência da República, estabeleceu o tema da participação social e do diálogo com a sociedade como central em sua agenda de estudos. Dado o recente fortalecimento das relações entre sociedade civil e Estado, por meio de ampliação e diversificação dos canais de participação – como conselhos, comissões, conferências, audiências públicas e ouvidorias –, o instituto considera fundamental conhecer estes espaços democráticos a fim de contribuir para a criação de condições para seu aprimoramento.

Os conselhos de políticas públicas são aqui entendidos como espaços públicos vinculados a órgãos do Poder Executivo e têm por finalidade permitir a participação da sociedade na definição de prioridades para a agenda política, bem como na formulação, no acompanhamento e no controle das políticas públicas. São constituídos em âmbito nacional, estadual e municipal. Além disso, é importante ressaltar que eles permitem a inserção de novos temas e atores sociais na agenda política.

Hoje, existem conselhos nas diversas áreas de políticas públicas e níveis da Federação. O presente relatório compõe a série *Conselhos Nacionais: perfil, atuação e visão dos conselheiros* e, integrando o Projeto Institucionalização da Participação Social no Brasil conduzido pela Diretoria de Estudos e Políticas do Estado, das Instituições e da Democracia (Diest) do Ipea, se propõe a estudar os conselhos de âmbito nacional. O número desses conselhos aumentou consideravelmente desde o início da década de 1990. Se entre 1930 e 1989 foram criados cinco conselhos nacionais, de 1990 a 2009 foram criados 26 conselhos nacionais (IPEA, 2010) – fato diretamente relacionado à difusão da ideia de participação nas políticas públicas pós-Constituição Federal de 1988 (CF/88). Como consequência, a quantidade de cidadãos que passou a participar da construção das políticas por meio desses espaços é significativa, o que requer mudanças na forma de o Estado gerir as políticas públicas, mudanças que pressupõem, necessariamente, o conhecimento acerca de quem participa e como funcionam esses espaços.

Os objetivos da pesquisa, na tentativa de criar subsídios para a compreensão do funcionamento dessas instituições, são:

- traçar o perfil dos conselheiros dos conselhos nacionais de políticas públicas;
- analisar como os conselheiros avaliam sua própria atuação;
- investigar como os conselheiros avaliam o trabalho do conselho; e
- investigar como os conselheiros percebem a influência do conselho.

Utilizou-se, para alcançar esses objetivos, um questionário padrão (anexo 1), aplicado em 21 conselhos nacionais e em três comissões (cujas características similares aos conselhos permitiram sua inclusão na amostra). O questionário foi elaborado em função dos objetivos anteriores, quais sejam: perfil, atuação, avaliação de estruturas e avaliação de impactos.

O presente relatório contém a sistematização das respostas dos conselheiros do Conselho Nacional de Economia Solidária (CNES). Tais informações constituem um diagnóstico do conselho na visão de seus próprios conselheiros. Os relatórios, que também serão entregues a outros conselhos, têm por finalidade oferecer informações básicas que contribuam para o aperfeiçoamento do processo democrático e decisório no colegiado.

As seções seguintes do relatório são constituídas por:

- descrição da metodologia da pesquisa e das atividades realizadas;
- contextualização do CNES, com breve histórico do conselho, seguido da descrição de suas competências, sua composição, sua estrutura e suas ferramentas de atuação junto às políticas públicas;
- descrição dos dados coletados por meio do questionário padrão – questões fechadas e abertas; e
- considerações finais e algumas questões para debate identificadas a partir das respostas dos conselheiros com o intuito de contribuir para o aperfeiçoamento e o fortalecimento do processo decisório e participativo do conselho.

## 2 METODOLOGIA DA PESQUISA

A pesquisa foi dividida em duas fases. A primeira fase consistiu em coletar e sistematizar informações sobre os principais conselhos de âmbito nacional por meio de aplicação de questionário padrão estruturado com 28 questões (anexo 1), divididas em três blocos:

- bloco 1: perfil dos cidadãos que atuam como conselheiros;
- bloco 2: forma de atuação do conselheiro; e
- bloco 3: funcionamento do conselho.

O objetivo dessa fase, da qual este relatório é o produto final, foi analisar separadamente cada conselho nacional e apresentar aos conselheiros um relatório descritivo contendo as informações específicas do conselho do qual fazem parte. Cada um dos conselhos em que foi possível a aplicação do questionário em uma quantidade significativa de conselheiros – mais de 50% do número de questionários em relação ao número de titulares no conselho – receberá de volta um relatório como este, contendo a descrição das informações coletadas.

A segunda fase tem por objetivo analisar, de forma agregada e comparada, os 21 conselhos e as três comissões que compõem a amostra da pesquisa (quadro 1). A ideia é fornecer um diagnóstico inédito e abrangente sobre os conselhos nacionais de políticas públicas. Este diagnóstico será constituído: pela análise do perfil dos conselheiros nacionais; pela identificação de características do funcionamento dessas instituições que podem influenciar na eficiência e na eficácia democrática; e, por fim, pela avaliação do papel e da influência dos conselhos nacionais nas políticas públicas brasileiras.

Os conselhos e as comissões que compõem a amostra foram selecionados de acordo com critérios específicos, já expressos anteriormente por Ipea (2010, p. 572), quais sejam:

- conselhos considerados centrais em suas áreas de políticas públicas – excluem-se, assim, os conselhos auxiliares e complementares na execução de políticas –, como conselhos curadores e conselhos gestores de fundos, ou de administração de programas que compõem políticas mais amplas –, e os conselhos políticos;
- conselhos que tenham necessariamente a presença de sociedade civil em sua composição; e
- conselhos criados por ato normativo de abrangência ampla – decreto presidencial ou lei promulgada pelo Congresso Nacional (CN).

Segue o quadro 1 com a amostra inicial da pesquisa.

QUADRO 1  
Amostra de conselhos e comissões

Número	Sigla	Conselho	Órgão vinculado	Membros titulares	Questionários respondidos
1	CDDPH	Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana	Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República	13	6
2	CNAS	Conselho Nacional de Assistência Social	Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome	18	19
3	CNCD/LGBT	Conselho Nacional de Combate à Discriminação e Promoção dos Direitos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais	Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República	30	29
4	CNDI	Conselho Nacional dos Direitos do Idoso	Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República	28	16
5	CNDM	Conselho Nacional dos Direitos da Mulher	Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres	44	17
6	CNES	Conselho Nacional de Economia Solidária	Ministério do Trabalho e Emprego	56	34
7	CNPC	Conselho Nacional de Política Cultural	Ministério da Cultura	52	25
8	CNPCT	Comissão Nacional de Desenvolvimento dos Povos e Comunidades Tradicionais	Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome	30	19
9	CNPI	Comissão Nacional de Política Indígenista	Ministério da Justiça	35	16
10	CNPIR	Conselho Nacional de Promoção da Igualdade Racial	Secretaria Especial de Políticas para a Igualdade Racial	44	34
11	CNPS	Conselho Nacional da Previdência Social	Ministério da Previdência Social	15	15
12	CNRH	Conselho Nacional de Recursos Hídricos	Ministério do Meio Ambiente	57	47
13	CNS	Conselho Nacional de Saúde	Ministério da Saúde	48	62
14	CNT	Conselho Nacional de Turismo	Ministério do Turismo	69	43
15	Conade	Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa Portadora de Deficiência	Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República	38	23
16	Conaeti	Comissão Nacional de Erradicação do Trabalho Infantil	Ministério do Trabalho e Emprego	31	25
17	Conama	Conselho Nacional do Meio Ambiente	Ministério do Meio Ambiente	106	79
18	Conanda	Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente	Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República	29	24
19	Conape	Conselho Nacional de Aquicultura e Pesca	Ministério da Pesca e Aquicultura	54	35
20	CONASP	Conselho Nacional de Segurança Pública	Ministério da Justiça	48	36
21	Concidades	Conselho das Cidades	Ministério das Cidades	86	55
22	CONDRAF	Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável	Ministério do Desenvolvimento Agrário	38	28
23	Conjuve	Conselho Nacional de Juventude	Secretaria-Geral da Presidência da República	60	40
24	Consea	Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional	Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome	57	40

Fonte: Dados da pesquisa.

A partir dos critérios selecionados, 27 conselhos nacionais e três comissões foram incluídos nesta pesquisa. A aplicação dos questionários ocorreu com sucesso em 21 conselhos e em três comissões. Não foi possível a aplicação dos questionários nos seguintes conselhos: Conselho Nacional de Educação; Conselho Nacional de Ciência e Tecnologia; Conselho Nacional do Esporte; Conselho de Transparência Pública e Combate à Corrupção; Conselho Nacional de Políticas sobre Drogas; e Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social. Por fim, foram obtidas 707 respostas de conselheiros e 60 de membros de comissão, totalizando 767 questionários respondidos.

No CNES, os questionários foram aplicados durante a décima reunião ordinária do pleno, realizada entre os dias 22 e 23 de março de 2011, no auditório do bloco F da Esplanada dos Ministérios, em Brasília, Distrito Federal. Os questionários foram entregues aos conselheiros no primeiro dia de reunião e foi feito um informe sobre sua aplicação e os objetivos da pesquisa. O recolhimento ocorreu ao término do segundo dia e ao longo da reunião.

Foi adotada uma metodologia híbrida para a aplicação dos questionários, compreendendo duas etapas. A primeira e mais efetiva em termos de volume de retorno deu-se por meio da entrega dos questionários para cada conselheiro antes do início da reunião, seguido de uma cópia da carta de apresentação (anexo 2) contendo explicações sobre o projeto e o questionário. A segunda etapa, de caráter complementar, previa o envio do questionário a ser preenchido virtualmente, a partir do recebimento do arquivo por *e-mail*. A adoção de estratégia híbrida para o preenchimento do questionário (presencial e por *e-mail*) mostrou-se satisfatória, pois contribuiu para elevar o retorno de questionários. No CNES, 34 conselheiros responderam ao questionário, entre titulares e suplentes, o que corresponde a aproximadamente 60% do total de 56 conselheiros do CNES. Uma observação mais detalhada da distribuição da amostra segundo a situação no conselho, se titular ou suplente (gráfico 1), e segundo o setor de representação (gráfico 2) é feita na seção 4 deste relatório.

Após a coleta dos questionários, eles foram tabulados e incluídos em banco de dados com o auxílio do *software* Statistical Package for the Social Sciences (SPSS), o qual servirá posteriormente para efetuar as análises comparativas entre conselhos. A tabulação dos dados constitui a principal fonte que sustenta as informações e as conclusões apresentadas neste relatório descritivo. Além disso, foi feita uma caracterização do conselho utilizando trabalhos que abordaram a temática do CNES e a legislação do conselho.

### 3 O CNES: CONTEXTUALIZAÇÃO

O CNES é um órgão colegiado de caráter consultivo e propositivo, integrante da estrutura do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE). O CNES foi criado pela Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003, e regulamentado pelo Decreto nº 5.811, de 21 de junho de 2006, o qual dispõe sobre a composição, a estruturação, as competências e o funcionamento do conselho.

#### 3.1 Breve histórico

A economia solidária emerge no Brasil a partir da década de 1980, com o apoio de diversas organizações como igrejas, sindicatos, instituições de ensino e movimentos sociais, e mostra-se como alternativa aos trabalhadores que estão fora do mercado formal de trabalho ou que dele nunca participaram. Os defensores da economia solidária defendem que ela é capaz de promover a identificação do trabalhador com o seu território, seu país, na medida em que trabalha as dimensões política, social, ambiental e econômica (SARDÁ, 2011; CUNHA, 2011).

O conceito de economia solidária, segundo o MTE, é um modo alternativo de criar e gerenciar uma atividade econômica que possui necessariamente as seguintes características:

- cooperação: implica propriedade comum e divisão de responsabilidades e de resultados;
- autogestão: protagonismo dos participantes na gestão do empreendimento, ou na participação dos membros do grupo na escolha de objetivos, regras e meios para atingi-los;

- dimensão econômica: é o que move os esforços e congrega os interesses; e
- solidariedade: é perceptível na distribuição igualitária de resultados, na produção de oportunidades para a melhoria da qualidade de vida dos envolvidos, na mudança cultural provocada na comunidade e na valorização dos direitos do trabalhador (BRASIL, [s.d.]; CASTANHEIRA e PEREIRA, 2008).

Considera-se que a ideologia subjacente às atividades de economia solidária centra-se na diminuição da desigualdade econômica e social por meio da gestão compartilhada dos meios de produção e da justa divisão dos resultados do trabalho conjunto. Busca a superação das desigualdades geradas pelo modo de produção capitalista, que, para alguns idealizadores da economia solidária, poderá ser gradativamente superado (SEES, 2010).

A economia solidária pode ser considerada uma reformulação no conceito de trabalho, entendido como algo que, além de acontecer em empresas ou de forma autônoma, pode também ter como possibilidade as cooperativas e as associações. Mostra-se como uma alternativa à escassez de emprego e é composta basicamente por atividades de produção, distribuição, consumo, poupança e crédito, organizada a partir da propriedade coletiva dos meios e gerida pela participação democrática. O público com potencial de envolvimento em ações de economia solidária é formado por trabalhadores autônomos ou informais, pequenos produtores rurais e urbanos, beneficiários dos programas de inclusão do governo. A estratégia de economia solidária, além de combater a precarização do trabalho, ainda tem por finalidade trazer a emancipação social, econômica e política da população participante (BARBOSA, 2007; SARDÁ, 2011).

Hoje, a economia solidária, organizada em cooperativas, associações e fóruns, foi incorporada como política pública em centenas de municípios e tornou-se objeto de estudo em mais de 100 universidades em todo o país (MINAS GERAIS, 2010). Durante o governo Lula, em 2003, foi criada a Secretaria Nacional de Economia Solidária (Senaes), no âmbito do MTE, o que situa a política de economia solidária como uma política de trabalho e confere, por meio dela, reconhecimento institucional ao trabalho associado, coletivo e autogestionário. Após a criação da Senaes, foram implantadas diversas ações de apoio à economia solidária; entre elas, o lançamento da frente parlamentar de economia solidária e a criação do CNES – considerado a instância formal de coordenação da rede de políticas de economia solidária. O CNES concentra organizações que estabelecem redes cujo objetivo é contribuir para a integração das políticas de economia solidária. Além disso, foram organizadas duas conferências nacionais de economia solidária – em 2006 e 2010 – e foi negociada a incorporação da economia solidária em programas de outros ministérios (SARDÁ, 2011; XAVIER, 2009).

Sardá cita inúmeros exemplos de parcerias firmadas entre a Senaes e diversos ministérios para ações de economia solidária; entre eles, estão:

(...) o MS – na construção de possibilidades de trabalho e renda para usuários do sistema de saúde mental no contexto da luta antimanicomial; MDS – dialogando para situar a economia solidária como parte da estratégia de segurança alimentar e combate à fome; MDA – realização de iniciativas no âmbito do programa territórios da cidadania; MinC – em feiras de cultura e economia solidária, diálogos entre os atores de economia solidária e os pontos de cultura e a realização da conferência de economia solidária da cultura; MEC – apoio a atividades de formação de professores em educação de jovens e adultos em economia solidária, entres outros; MCT – financiamento da área de tecnologias sociais; MCidades – apoio aos programas de financiamento de moradias populares (SARDÁ, 2001, p. 63-65).

### 3.2 Finalidades e competências

O CNES é um conselho consultivo e tem como objetivo articular interesses e construir políticas e ações para o fortalecimento da economia solidária. Segundo o Decreto nº 5.811 de 2006, entre as principais competências do CNES estão: encorajar e promover ações para o engajamento da sociedade civil e do governo na política de economia solidária; estabelecer diretrizes para a política de economia solidária; propor medidas de aperfeiçoamento tanto para a legislação quanto para as atividades e as propostas do MTE e da Senaes ligadas à área; mediar as parcerias estabelecidas entre as entidades da sociedade civil representadas no conselho e a Senaes; e atuar de forma conjunta com outros conselhos que tenham atuação nas áreas de desenvolvimento, geração de emprego e renda. Além do mais, o conselho deve elaborar seu regimento interno.

### 3.3 Composição

Atualmente, o CNES é composto por 56 membros, sendo: 19 representantes do governo federal, de secretarias estaduais de trabalho e de órgãos estaduais e municipais de apoio à economia solidária; 20 representantes dos chamados empreendimentos econômicos solidários; e 17 membros de outras organizações da sociedade civil e serviços sociais. As entidades da sociedade civil e os órgãos do governo que compõem o CNES estão estabelecidos pelo Decreto nº 5.811 de 2006. Os membros do CNES são designados pelo ministro do Trabalho e Emprego após indicação pelo titular de cada órgão ou entidade.

A composição atual está listada no quadro 2.

#### QUADRO 2

##### Composição do CNES

<b>Governo federal, secretarias estaduais de trabalho e órgãos de apoio à economia solidária de governos estaduais e municipais</b>
1. Ministério do Trabalho e Emprego (Presidência)
2. Secretaria Nacional de Economia Solidária
3. Ministério do Desenvolvimento Agrário
4. Ministério das Cidades
5. Ministério do Meio Ambiente
6. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
7. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome
8. Ministério da Fazenda
9. Ministério da Integração
10. Ministério da Ciência e Tecnologia
11. Ministério da Educação
12. Secretaria-Geral da Presidência da República
13. Ministério da Aquicultura e Pesca
14. Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial da Presidência da República
15. Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
16. Caixa Econômica Federal
17. Banco do Brasil
18. Um representante indicado pelo Fórum de Secretarias Estaduais do Trabalho
19. Um representante indicado pela Rede de Gestores de Políticas de Fomento à Economia Solidária
<b>Sociedade civil (empreendimentos econômicos solidários)</b>
1. Associação Nacional de Cooperativas de Crédito e Economia Solidária (Ancosol)
2. Associação Nacional de Trabalhadores de Empresas de Autogestão (ANTEAG)
3. Confederação Nacional de Cooperativas da Reforma Agrária (CONCRAB)
4. União e Solidariedade das Cooperativas e Empreendimentos de Economia Social do Brasil (Unisol)
5. União Nacional de Cooperativas da Agricultura Familiar e Economia Solidária (Unicafes)
6. Empreendimentos econômicos solidários indicados pelo Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES)
<b>Sociedade civil (outras organizações e serviços sociais)</b>
1. Articulação do Semiárido (ASA)
2. Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae)
3. Grupo de Trabalho da Amazônia (GTA)
4. Conselho Nacional de Igrejas Cristãs (CONIC)
5. Rede Cerrado
6. Rede Economia e Feminismo
7. Fundação Interuniversitária de Estudos e Pesquisas sobre o Trabalho (Unitrabalho)
8. Movimento Nacional Catadores de Materiais Recicláveis (MNCR)
9. Confederação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas (CONAQ)
10. Rede de Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares (ITCPs)
11. Rede Brasileira de Socioeconomia Solidária
12. Cáritas Brasileira
13. Fórum de Articulação do Comércio Ético e Solidário – Faces do Brasil
14. Associação Brasileira dos Dirigentes de Entidades Gestoras e Operadoras de Microcrédito, Crédito Popular Solidário e Entidades Similares (ABCRED)
15. Pastoral Social da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB)
16. Organização das Cooperativas do Brasil (OCB)
17. Agência de Desenvolvimento Solidário da Central Única dos Trabalhadores (ADS/CUT)

Fonte: Brasil (2006a).

### 3.4 Organização

De acordo com o regimento interno do CNES, aprovado pela Resolução nº 1, de 7 de dezembro de 2006, este é organizado em torno de Plenário, Comitê Permanente, Secretaria e comitês temáticos. O Plenário é o órgão deliberativo máximo do CNES, e deve reunir-se, em caráter ordinário, a cada três meses. As deliberações são formalizadas mediante resoluções, recomendações e moções: as resoluções tratam de assuntos de exclusiva competência do CNES, as recomendações tratam de assuntos que, apesar de não serem de competência exclusiva, interferem na política de economia solidária e as moções têm por finalidade expressar apoio ou crítica em relação a determinado fato.

O Comitê Permanente é responsável por preparar a pauta das reuniões e atuar junto ao presidente no encaminhamento das decisões do Plenário. Pode, além disso, em casos emergenciais, tomar decisões pelo Plenário; decisões pendentes de aprovação posterior. Este comitê é formado por nove membros integrantes de todos os segmentos do conselho. Eles são escolhidos por eleição para mandato de um ano. Já os comitês temáticos destinam-se especificamente à elaboração de propostas e para eles podem ser convidados técnicos de fora do conselho – cada comitê poderá ter até dez membros com respectivos suplentes (BRASIL, 2006b). Existem cinco comitês temáticos atualmente no CNES, tratando sobre:

- comercialização, redes e cadeias de produção e consumo;
- crédito e finanças solidárias;
- formação e assistência técnica;
- institucionalidade da política nacional; e
- marco jurídico (BRASIL, [s.d.]).

Por fim, a Secretaria tem por função fornecer apoio técnico e administrativo aos comitês e ao conselho, entre outras atividades. Esta elabora a ata – em parceria com o Comitê Permanente – e é a responsável, também, por enviar o material de estudo e informes aos conselheiros para que eles se preparem para a reunião (BRASIL, 2006b).

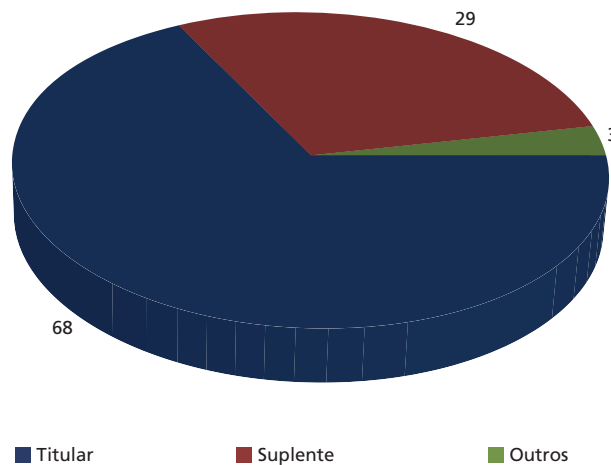
## 4 DESCRIÇÃO DAS INFORMAÇÕES

Descrevem-se aqui as informações obtidas por meio da sistematização dos dados coletados com a utilização do questionário (anexo 1) no CNES. A descrição é dividida em três blocos, os quais expressam, respectivamente, o perfil dos cidadãos que atuam como conselheiros, a percepção deles a respeito da forma de atuação dos conselheiros e a percepção sobre o funcionamento do conselho. As informações são apresentadas na forma de gráficos seguidos de parágrafos explicativos.

Inicialmente, verifica-se a distribuição do preenchimento do questionário por situação no conselho – ou seja, se titular ou suplente (gráfico 1).



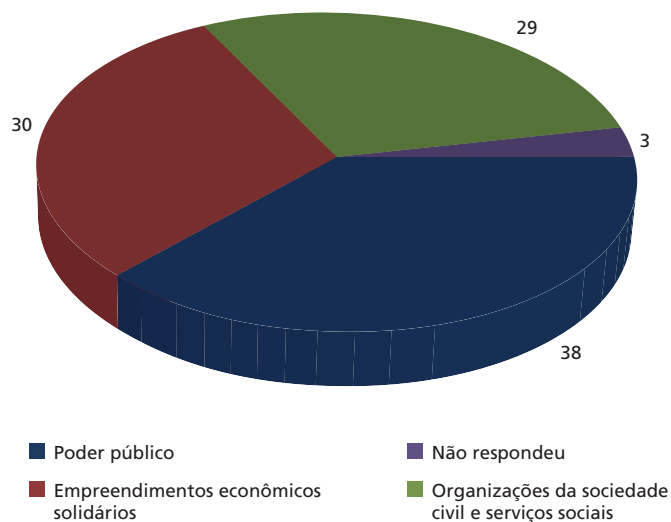
GRÁFICO 1  
Situação no conselho  
(Em %)



Elaboração dos autores.

Conforme se pode observar, 68% dos conselheiros que responderam aos questionários são conselheiros titulares do CNES, enquanto 29% são suplentes. Três por cento declararam não ser nem um, nem outro, embora integrem entidades membros do conselho. O gráfico 2 oferece a distribuição percentual dos conselheiros segundo o setor de representação.

GRÁFICO 2  
Amostra segundo o setor de representação  
(Em %)



Elaboração dos autores.

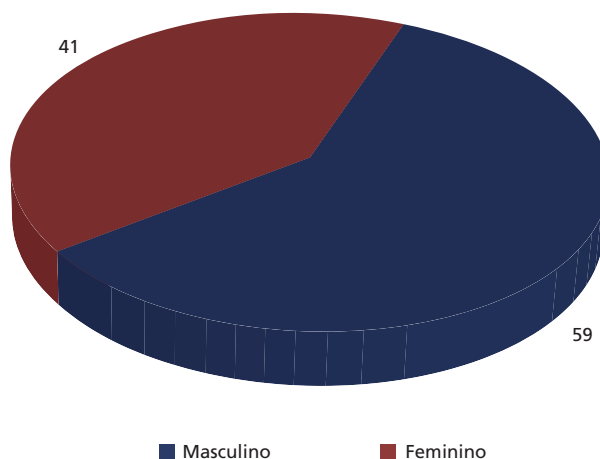
Como é possível perceber, entre os conselheiros que compõem a amostra, 38% pertencem a instituições do poder público; 30%, ao setor denominado *empreendimentos econômicos solidários*; e 29% pertencem ao setor *organizações da sociedade civil e serviços sociais*. Três por cento dos conselheiros não responderam à pergunta.

## 4.1 Bloco 1: perfil dos conselheiros

Este bloco apresenta o perfil dos conselheiros que participaram da pesquisa. Os dados mostram a caracterização dos conselheiros no que se refere a sexo, cor, escolaridade, religião, faixa etária, renda, município de residência, tempo que atua como conselheiro e informações sobre possível atuação em outros conselhos.

### 4.1.1 Distribuição dos conselheiros por sexo

GRÁFICO 3  
Conselheiros segundo o sexo  
(Em %)

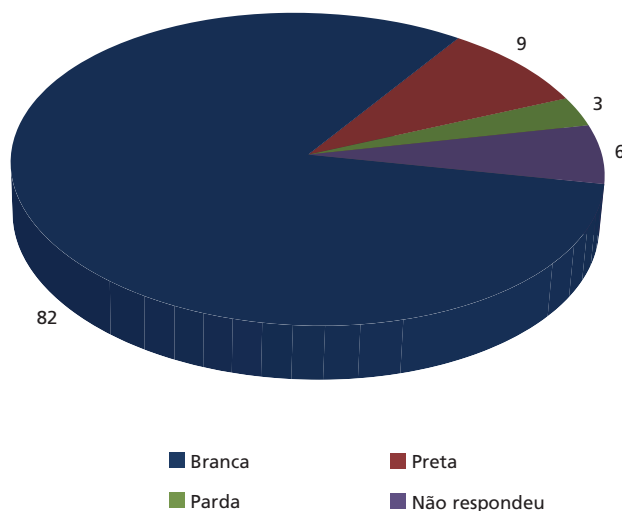


Elaboração dos autores.

Conforme o gráfico 3 demonstra, existe uma leve predominância (59%) masculina entre os conselheiros. Isto diferencia o conselho, como instância de democracia participativa, do CN – legítima casa de democracia representativa. Enquanto no CNES se verifica a presença de 59% de homens contra 41% de mulheres, no CN as mulheres estão significativamente sub-representadas, ocupando menos de 10% das cadeiras – são 43 parlamentares do sexo feminino contra 470 do sexo masculino (BRASIL, 2011). Isto significa que a representação das mulheres no Parlamento brasileiro é bem menos expressiva que no CNES.

### 4.1.2 Conselheiros segundo a cor/raça

GRÁFICO 4  
Conselheiros segundo a raça/cor  
(Em %)



Elaboração dos autores.

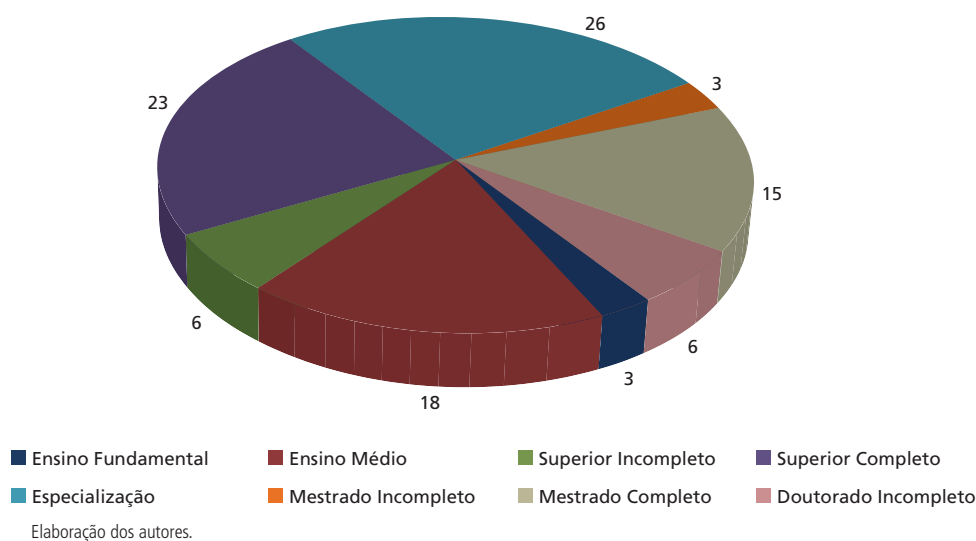
Tal qual demonstra o gráfico 4, o CNES é composto predominantemente por conselheiros que se declaram de cor branca (82%). Dos demais, 9% se consideram pretos, 3% pardos e 6% não responderam.

As opções de cor disponíveis nesta questão foram baseadas na tipologia adotada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – (IBGE) no Censo 2010 e incluíam: branca, preta, parda, amarela e indígena. Apesar de estas cinco categorias utilizadas pelo IBGE serem, por vezes, alvo de críticas, o IBGE considera que elas ajudam a construir um papel legitimador das representações sobre os diversos grupos étnico-raciais que convivem no Brasil (IBGE, 2008, p. 12). Além disso, (...) os termos propostos (...) foram pensados como totalmente descritivos, sem nenhuma ideia de que eles servissem como forma de identificação dos grupos” (SCHWARTZMAN, 1998).

#### 4.1.3 Escolaridade dos conselheiros

A média de escolaridade do brasileiro com 25 anos de idade ou mais, medida pelo IBGE em 2009, é de 7,1 anos de estudo, o que significa uma escolaridade que não alcança a conclusão do ensino fundamental (IBGE, 2010a, p. 50).

GRÁFICO 5  
Escolaridade dos conselheiros  
(Em %)

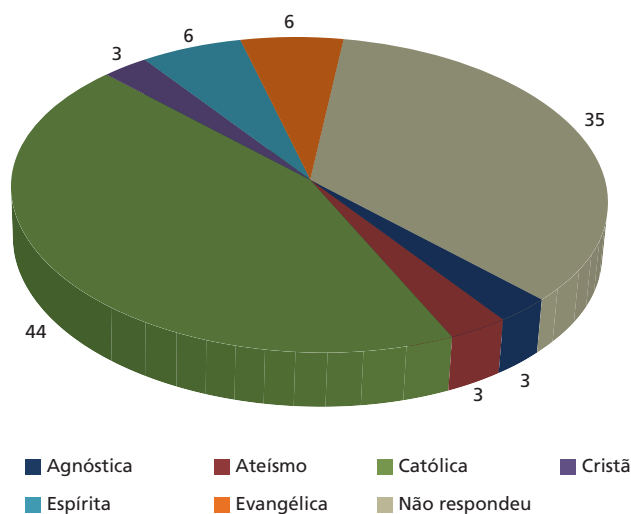


O gráfico 5 revela uma distribuição variada dos conselheiros do CNES quanto à escolaridade. É possível perceber, no entanto, que mais de 70% dos conselheiros que responderam aos questionários possuem no mínimo superior completo, o que revela uma média de escolaridade bem superior à média nacional. Além disso, 21% dos conselheiros têm mestrado completo e igual quantidade cursou no máximo o ensino médio completo.

#### 4.1.4 Religião dos conselheiros

Pode-se observar, pelo gráfico 6, a divisão dos conselheiros por religião ou culto. Utilizaram-se a terminologia e o tipo de pergunta adotada no Censo do IBGE: “qual sua religião ou culto?”. Desta forma, evitou-se o uso de uma grande lista de respostas possíveis, o que poderia deixar de incluir algum grupo religioso. A partir das respostas abertas a esta pergunta, foram delimitadas as categorias dispostas no gráfico 6.

GRÁFICO 6  
**Religião ou culto dos conselheiros**  
 (Em %)

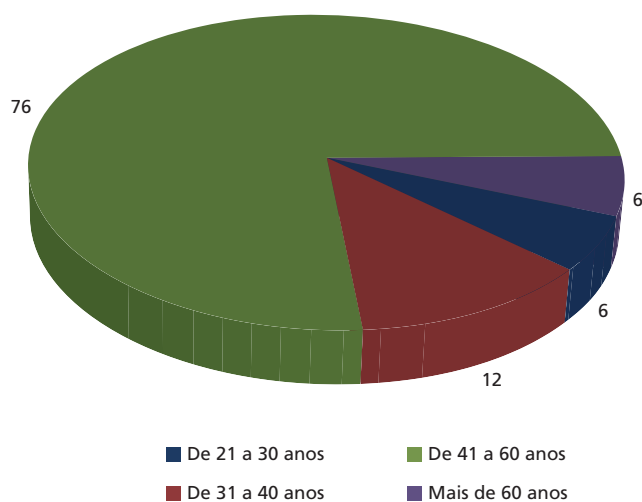


Elaboração dos autores.

Embora quantidade significativa dos conselheiros tenha optado por não declarar sua religião ou culto (35%), e a maioria dos respondentes indicar seguir a religião católica (44%), entre aqueles que responderam é possível observar a diversidade de cultos e crenças que perpassam a população brasileira como um todo, refletindo a diversidade cultural do país. Alguns conselheiros indicaram seguir as religiões espírita (6%) ou evangélica (6%), e outros se declaram ateus (3%), agnósticos (3%) ou cristãos (3%).

#### 4.1.5 Faixa etária dos conselheiros

GRÁFICO 7  
**Faixa etária dos conselheiros**  
 (Em %)



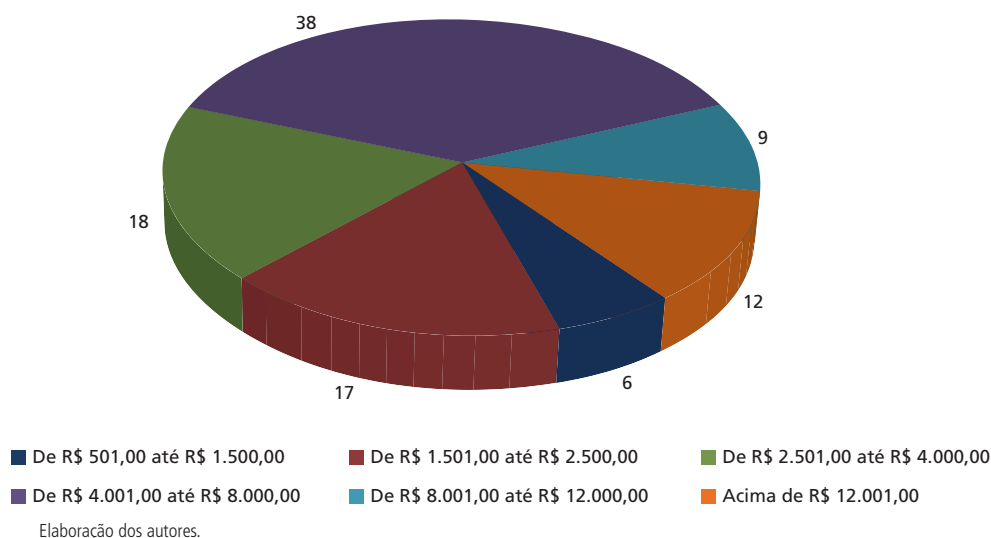
Elaboração dos autores.

Em relação à faixa etária, observa-se no gráfico 7 que existe no CNES uma predominância de conselheiros na faixa etária de 41 a 60 anos (76%). Dos demais, 12% estão na faixa de 31 a 40 anos, enquanto 6% disseram ter mais de 60 anos e igual quantidade declara possuir entre 21 e 30 anos.

#### 4.1.6 Renda familiar média mensal dos conselheiros

A renda mensal familiar foi sistematizada por meio das faixas de renda adotadas pelo IBGE. A partir do gráfico 8, é possível verificar que a renda familiar mensal média de boa parte dos conselheiros (64%) é equiparável ou superior à renda média das famílias brasileiras medida na Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF), realizada entre os meses de maio de 2008 e 2009 pelo IBGE. A pesquisa, que abarcou uma amostra de 60 mil domicílios urbanos e rurais, demonstra que a família brasileira tem um rendimento médio de R\$ 2.763,47 (IBGE, 2010b).

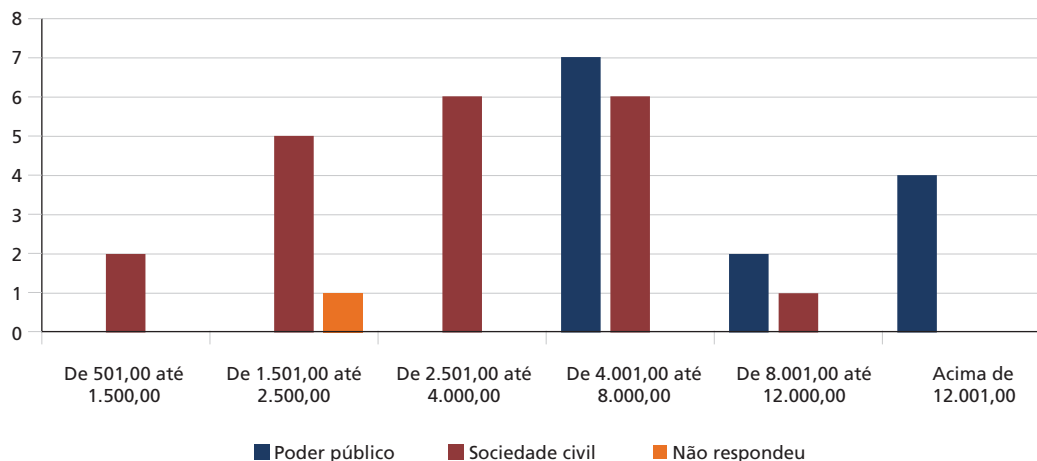
GRÁFICO 8  
Conselheiros segundo a renda familiar média mensal  
(Em %)



No caso do CNES, 23% dos conselheiros declararam ter renda mensal média abaixo de R\$ 2.500,00. Dos que estão acima deste número, 18% possuem renda entre R\$ 2.501,00 e R\$ 4 mil, e 38% entre R\$ 4.001,00 e R\$ 8 mil. Vinte e um por cento dos conselheiros declararam ter renda mensal maior que R\$ 8 mil.

#### Renda familiar mensal por segmento

GRÁFICO 9  
Renda familiar média mensal por setor



Analisando-se a renda média mensal por setor de representação (gráfico 9), por número de respostas, é possível perceber que o setor *sociedade civil* possui uma diversidade que permite representação em quase todas as faixas de renda estabelecidas na pesquisa, com exceção da faixa mais alta – a renda acima de R\$ 12.001,00 – e da menor faixa – abaixo de R\$ 500,00. A maior parte dos membros da sociedade civil possui renda entre R\$ 2.501,00 e R\$ 8 mil. As faixas de renda na qual se situam os representantes do poder público são as três faixas mais altas, todas acima de R\$ 4 mil, com destaque para a faixa entre R\$ 4.001,00 e R\$ 8 mil.

#### 4.1.7 Município/Unidade da Federação (UF) de residência dos conselheiros

De modo a obter uma melhor representação espacial da distribuição dos conselheiros no país, foi feito um mapa demonstrativo (mapa 1). Neste mapa, os círculos indicam os municípios de residência e seu tamanho reflete a proporção de conselheiros que indicaram residir naquele local. O detalhamento dos nomes dos municípios e a frequência de resposta para cada um podem ser encontrados na tabela 1.

Conforme é possível perceber, grande parte dos conselheiros do CNES reside em Brasília (Distrito Federal), o que não surpreende, uma vez que os órgãos federais têm sede na capital federal. Existem conselheiros que residem em todas as demais regiões: a região Sul é a melhor representada, depois da Centro-Oeste, seguida da região Nordeste. A região Norte possui o menor número de representantes nesse conselho.

MAPA 1  
Distribuição geográfica dos conselheiros do CNES



Fonte: Dados da pesquisa.

TABELA 1  
Distribuição dos conselheiros por município

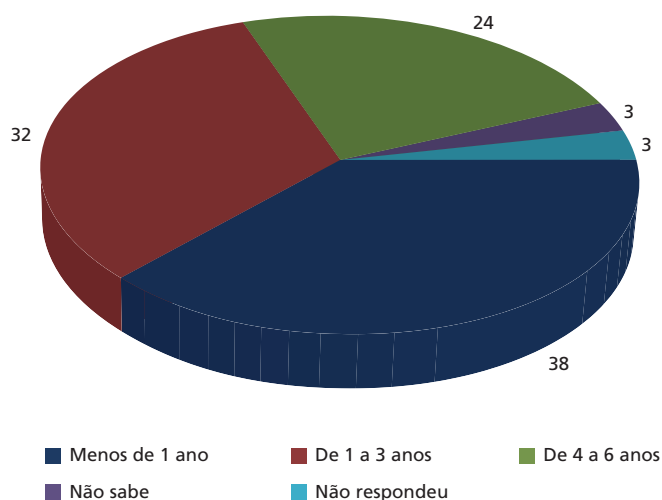
Município/UF de residência	Frequência
Belém-PA	1
Belo Horizonte-MG	1
Brasília-DF	11
Campo Grande-MG	1
Chapecó-SC	2
Coronel Vivida-PR	1
Curitiba-PR	1
Diadema-SP	1
Feira Santana-BA	1
Fortaleza-CE	1
João Pessoa-PB	1
Macapá-AP	1
Mandirituba-PR	1
Manoel Urbano-AC	1
Parnaíba-PI	1
Porto Alegre-RS	1
Recife-PE	1
Rio de Janeiro-RJ	1
Santa Maria-PR	1
São Bernardo do Campo-SP	1
São Paulo-SP	3
<b>Total</b>	<b>34</b>

Fonte: Dados da pesquisa.

De acordo com o Sistema Nacional de Informações em Economia Solidária (Sies), a distribuição de empreendimentos de economia solidária nas regiões do Brasil, em 2007, era a seguinte: maior concentração na região Nordeste, com 43,5% do total, considerando que grande parte era formada por empreendimentos rurais; a região Sudeste possuía na época 18%, sendo que a maioria dos empreendimentos se situava na área urbana; a região Sul estava com 16,6%; a região Norte concentrava 12%; e a região Centro-Oeste, 10%.

#### 4.1.8 Conselheiros segundo o tempo no conselho

GRÁFICO 10  
Conselheiros segundo o tempo no conselho  
(Em %)



Elaboração dos autores.

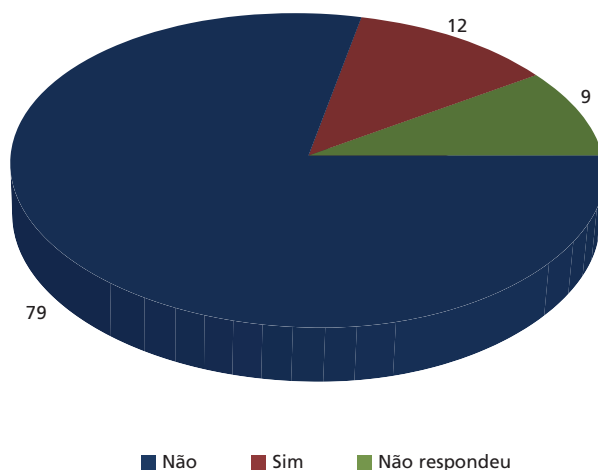
Observa-se, no gráfico 10, que 38% dos conselheiros estão no CNES a menos de um ano e 32% estão no conselho entre um e três anos. Isto poderia indicar que existe um índice relativamente alto de rotatividade no conselho. Vinte e quatro por cento dos conselheiros indicaram integrá-lo a mais de quatro anos e menos de seis. Três por cento dos conselheiros não responderam à questão.

#### 4.1.9 Representação de outros setores dentro do conselho

GRÁFICO 11

**Representação de outros setores dentro do conselho (anterior à representação atual)**

(Em %)



Elaboração dos autores.

O gráfico 11 mostra que apenas 12% dos conselheiros afirmaram haver representado outros setores dentro do CNES, antes da representação atual. Dos demais, 79% nunca representaram setor diverso daquele que representam atualmente e 9% não responderam à questão.

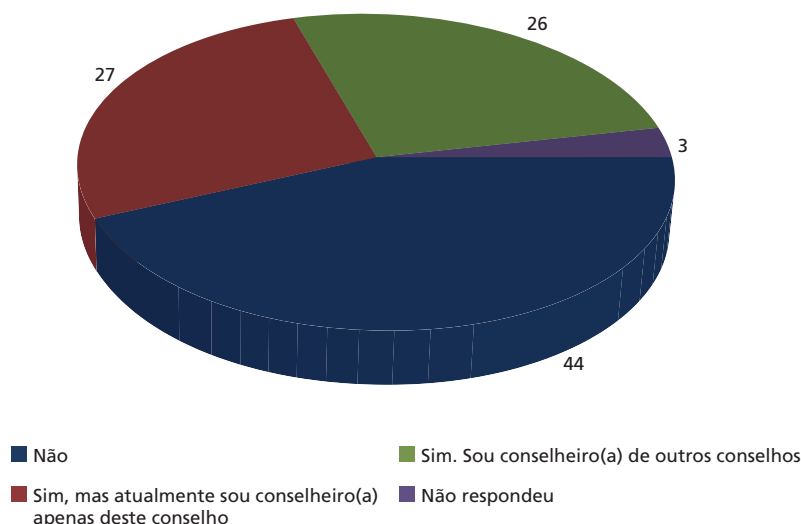
#### 4.1.10 Atuação em outros conselhos

O gráfico 12 representa as respostas à indagação sobre se o conselheiro participa atualmente ou se já participou de outros conselhos além do CNES.

GRÁFICO 12

**Participação dos conselheiros em outros conselhos**

(Em %)



Elaboração dos autores.



Quarenta e quatro por cento dos conselheiros disseram não participar ou não terem participado de outros conselhos, ao passo que 53% dos conselheiros já foram ou ainda são conselheiros de outros conselhos. Três por cento não responderam à questão. A tabela 2 especifica qual o tipo de conselho (nacional, estadual, municipal ou relacionados a qualquer temática) em que os 53% que responderam “sim” à questão anterior já participaram ou participam.

TABELA 2  
Atuação em conselhos fora do CNES

Tipo de conselho	Quantidade de conselheiros
Conselho apenas nacional	4
Conselho apenas estadual	4
Conselho apenas municipal	3
Conselhos nacional e estadual	-
Conselhos nacional e municipal	1
Conselhos estadual e municipal	1
Conselhos nacional, estadual e municipal	2
Não respondeu	4
<b>Total</b>	<b>19</b>

Fonte: Dados da pesquisa.

Como é possível perceber a partir da tabela, quatro conselheiros participam ou participaram de conselhos nacionais, e número idêntico atua ou atuou em conselhos estaduais. Três conselheiros participam ou participaram a nível apenas municipal, um conselheiro atua ou atuou a níveis nacional e municipal, outro a níveis estadual e municipal, e, por último, dois conselheiros afirmaram participar de conselhos nos três níveis da Federação.

QUADRO 3  
Resumo do perfil dos conselheiros do CNES

Gênero	41% do sexo feminino e 59% do sexo masculino
Cor/raça	82% dos conselheiros se declaram de cor branca; 9%, preta; e 3%, parda
Escolaridade	3% com ensino fundamental, 18% com ensino médio, 6% com superior incompleto, 26% com superior completo e 50% com especialização ou pós-graduação
Religião ou culto	44% católicos, 35% não declararam, 6% espíritas, 6% evangélicos, 3% agnóstica, 3% ateus e 3% cristãos
Faixa etária	76% entre 41 e 60 anos, 6% com mais de 60 anos, 12% entre 31 a 40 anos e 6% entre 21 a 30 anos
Renda mensal média familiar	59% com renda acima de R\$ 4 mil, 18% entre R\$ 2.500,00 e R\$ 4 mil e 23% entre R\$ 500,00 e R\$ 2.500,00
Tempo no conselho	38% a menos de um ano, 32% entre um e três anos e 24% de quatro a seis anos
Representação anterior de outros setores dentro do CNES	79% dos conselheiros nunca representaram outros setores dentro do CNES, apenas 12% já o fizeram
Participação em outros conselhos	53% dos conselheiros atuam ou já atuaram em outro conselho, enquanto 44% responderam que não participam ou participaram de outros conselhos

Fonte: Dados da pesquisa.

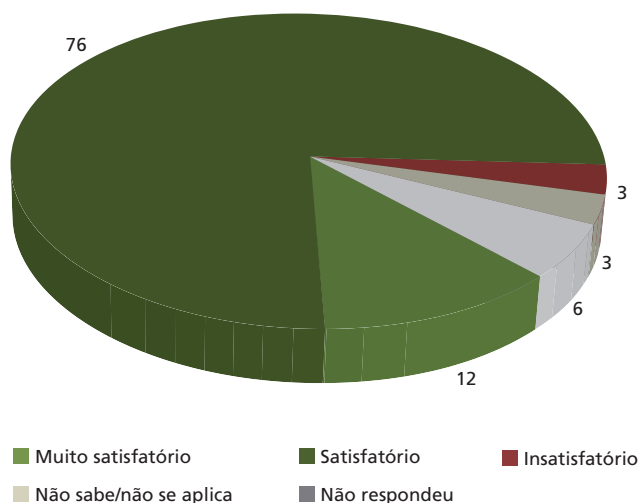
## 4.2 Bloco 2: atuação dos conselheiros(as)

Este bloco busca captar a percepção dos conselheiros acerca da composição do conselho, da própria atuação, de interesses que eles entendem defender, da articulação entre setores do conselho e da interação e das formas de comunicação com a base de apoio.<sup>1</sup> Os gráficos desta subseção representam o grau de satisfação do conselheiro em relação aos aspectos citados. Cada respondente avalia em uma escala que inclui cinco opções de avaliação: “muito satisfatória”; “satisfatória”; “pouco satisfatória”; “insatisfatória”; e “não sabe/não se aplica”.

1. Considerou-se como *base de apoio* o grupo principal de pessoas representadas pelo(a) conselheiro(a).

#### 4.2.1 Avaliação do número total de conselheiros

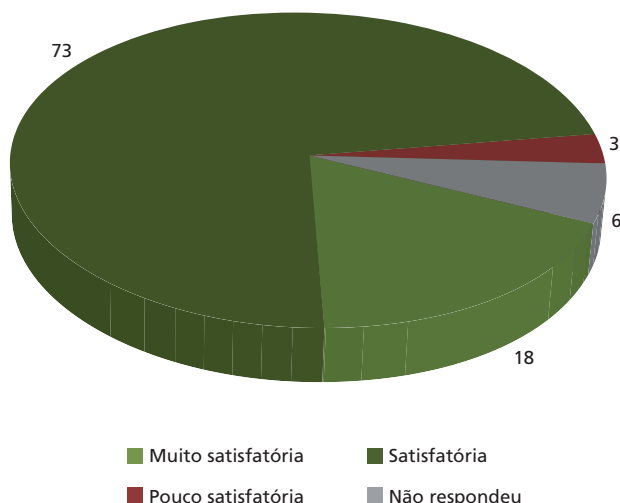
GRÁFICO 13  
Número total de conselheiros  
(Em %)



Dos conselheiros do CNES que responderam ao questionário, a maioria (88%) considera o número total de conselheiros que compõe o conselho satisfatório ou muito satisfatório. Três por cento marcaram a opção *não sabe/não se aplica* e 6% dos conselheiros não responderam.

#### 4.2.2 Avaliação da diversidade de setores representados

GRÁFICO 14  
Diversidade dos setores representados  
(Em %)

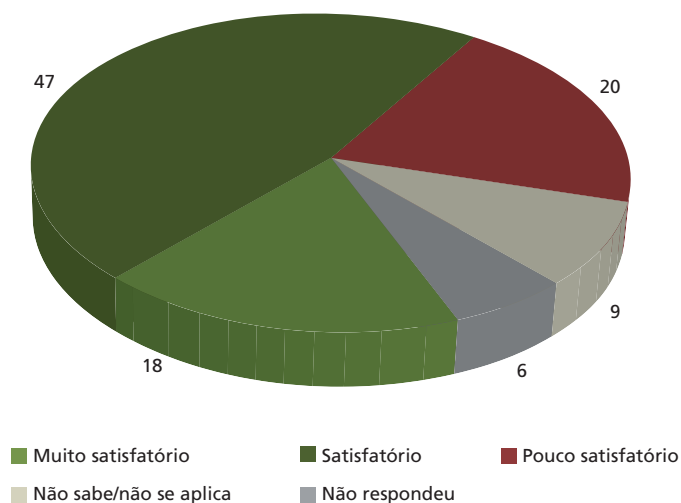


Elaboração dos autores.

Como é possível observar pelo gráfico 14, mais de 90% dos conselheiros consideram a diversidade de setores satisfatória ou muito satisfatória. Em contrapartida, o nível de insatisfação – pequeno no que se referia ao número de conselheiros – aumenta: 23% dos conselheiros consideram a diversidade interna pouco satisfatória.

## 4.2.3 Avaliação do número de conselheiros em cada setor

GRÁFICO 15  
Número de conselheiros em cada setor  
(Em %)

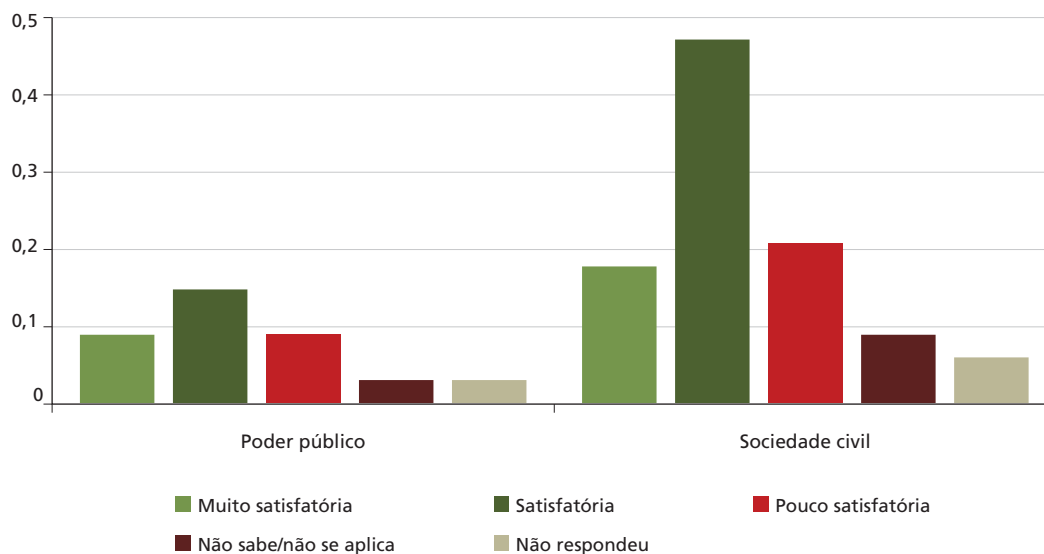


Elaboração dos autores.

De acordo com o gráfico 15, quando se pede que os conselheiros avaliem o número de conselheiros por setor, o nível de satisfação varia mais em comparação com a avaliação do número total de conselheiros no conselho. Enquanto 65% dos conselheiros consideram satisfatório ou muito satisfatório o número de conselheiros por setor, 20% avaliam-no como pouco satisfatório. Quinze por cento não responderam ou não sabiam.

O gráfico 16 permite uma análise mais aprofundada dessa questão, ao mostrar as respostas por segmento.

GRÁFICO 16  
Avaliação do número de conselheiros em cada setor, por segmento  
(Em %)



Elaboração dos autores.

Como é possível perceber, a maior parte dos conselheiros da sociedade civil considera que o número de conselheiros em cada setor é satisfatório ou muito satisfatório.

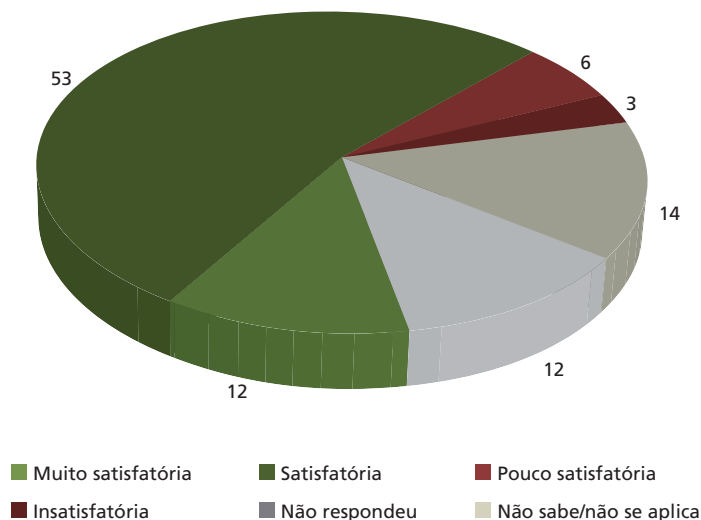
Conselheiros que representam o poder público também estão, em sua maioria, satisfeitos com o número de representantes por setor.

#### 4.2.4 Avaliação da forma de escolha das entidades com assento no conselho

GRÁFICO 17

##### Forma de escolha das entidades com assento no conselho

(Em %)



Elaboração dos autores.

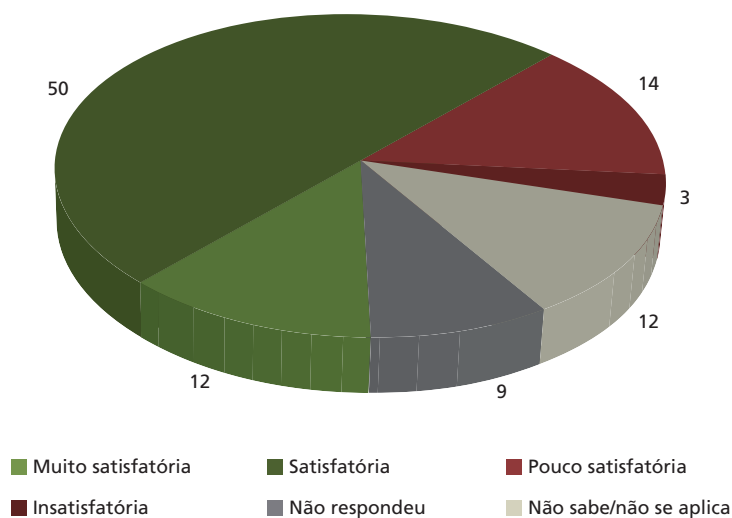
Em relação a esse aspecto, 65% dos conselheiros avaliam a forma de escolha das entidades dentro do CNES como satisfatória ou muito satisfatória. Somente 9% se dizem insatisfeitos ou pouco satisfeitos. Os que não responderam ou marcaram a opção “não sabe/não se aplica” somam 26% dos respondentes.

#### 4.2.5 Avaliação da forma de escolha dos conselheiros dentro das entidades

GRÁFICO 18

##### Forma de escolha dos conselheiros dentro das entidades

(Em %)



Elaboração dos autores.

As opções “muito satisfatória” ou “satisfatória” somam 62% do total de conselheiros, o que indica que boa parte dos que responderam a estas questões avaliam a forma de escolha dos conselheiros dentro das entidades de maneira positiva. Quatroze por cento consideraram-na pouco satisfatória; e 3%, satisfatória. Doze por cento dos conselheiros marcaram a opção “não sabe/não se aplica” e 9% não responderam à questão.

#### 4.2.6 Interesses prioritários

Ao serem questionados sobre quais interesses defenderiam, foi solicitado que os conselheiros marcassem uma das seguintes opções: “nenhum interesse específico, sigo apenas as minhas convicções pessoais”; “interesses da minha instituição”; “interesses do meu setor”; “interesses de redes ou movimentos organizados em função de temas ou problemas específicos”; e “interesses de toda a coletividade”. Deveria ser marcada uma opção para o primeiro, outra para o segundo e outra para o terceiro interesse prioritariamente defendido pelo conselheiro.

Consideraram-se, para fins de sistematização, apenas as respostas marcadas como primeira opção de prioridade e foram desconsiderados os casos que tiveram mais de uma resposta para cada prioridade.

GRÁFICO 19  
Interesses prioritários (primeira opção)  
(Em %)



Elaboração dos autores.

Conforme é possível verificar no gráfico 19, os interesses considerados como mais prioritários pelos conselheiros são os interesses de toda a coletividade (29%) e os interesses de suas instituições (18%). Depois disto, vieram os interesses de redes ou movimentos organizados em torno de certas temáticas (12%) e, por fim, interesses do próprio setor (9%). Três por cento marcaram que não seguem nenhum interesse específico. Houve 29% de não respostas.

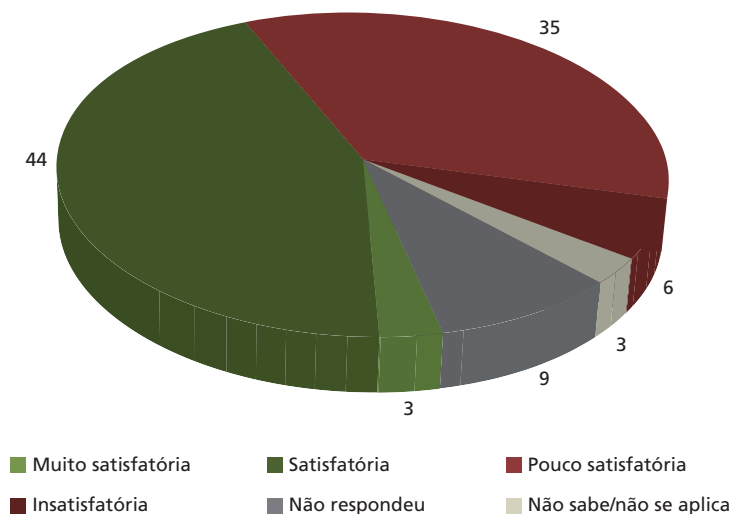
## 4.2.7 Grau de articulação com os setores que compõem o conselho

Os gráficos 20, 21 e 22 referem-se à avaliação do nível de satisfação com o grau de articulação entre os conselheiros e os segmentos que compõem o conselho.

GRÁFICO 20

**Avaliação do grau de articulação dos conselheiros com o poder público**

(Em %)

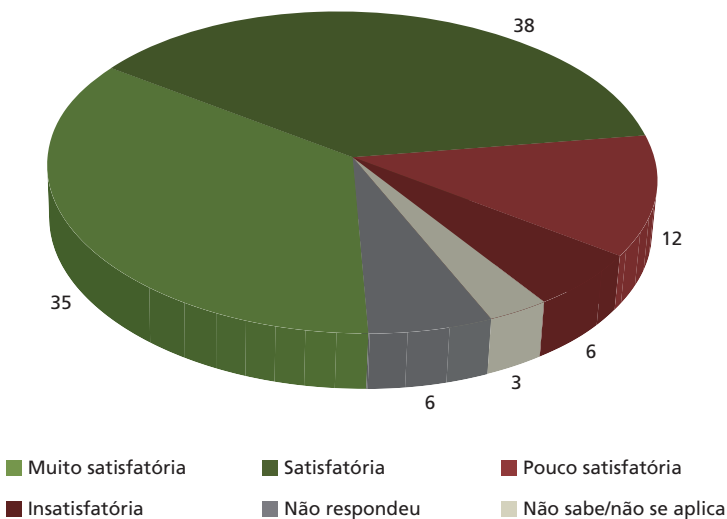


Elaboração dos autores.

GRÁFICO 21

**Avaliação do grau de articulação dos conselheiros com a sociedade civil (empreendimentos econômicos solidários)**

(Em %)

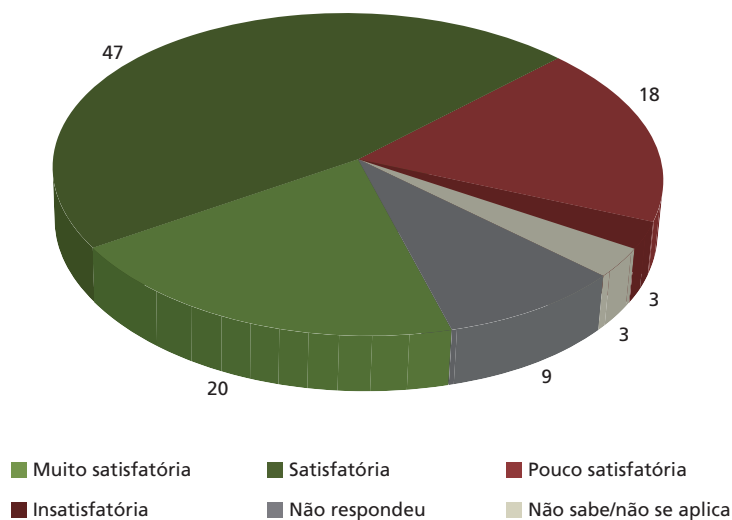


Elaboração dos autores.

GRÁFICO 22

**Avaliação do grau de articulação dos conselheiros com a sociedade civil (organizações da sociedade civil e serviços sociais)**

(Em %)



Elaboração dos autores.

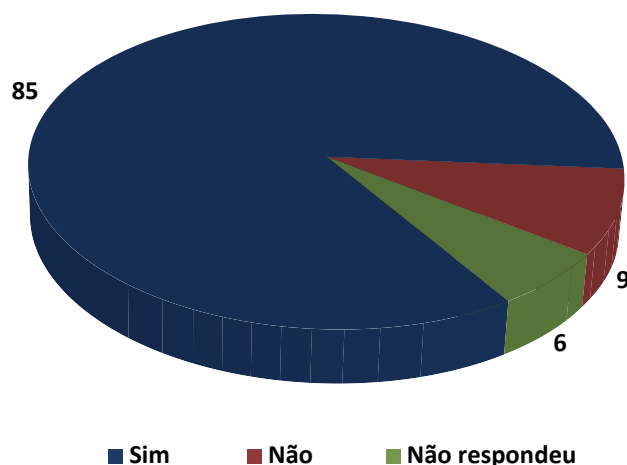
É possível verificar que a maior parte dos conselheiros encontra-se satisfeita ou muito satisfeita com o grau de articulação com a sociedade civil. Quanto à articulação com o poder público, a quantidade de conselheiros que julga de forma satisfatória ou muito satisfatória (47%) é bem próxima ao número dos que a consideram insatisfatória ou pouco satisfatória (41%).

#### 4.2.8 Existência de base de apoio

GRÁFICO 23

**Presença de base de apoio no exercício do mandato do conselheiro**

(Em %)

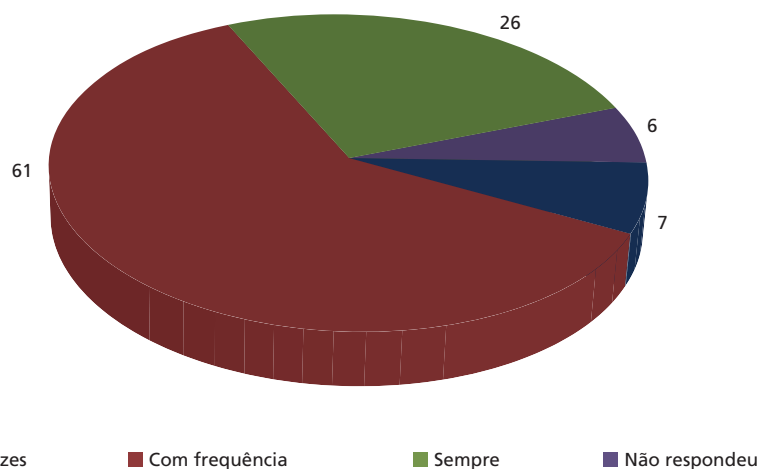


Elaboração dos autores.

Na resposta à questão “no exercício de seu mandato como conselheiro, você tem alguma base de apoio?”, 85% dos conselheiros afirmam possuir base de apoio – ou seja, 29 conselheiros do total de 34 respondentes. Dos demais, 9% afirmaram não possuir base de apoio e 6% não responderam.

#### 4.2.9 Frequência de contato com a base de apoio

GRÁFICO 24  
Frequência de contato com a base de apoio  
(Em %)



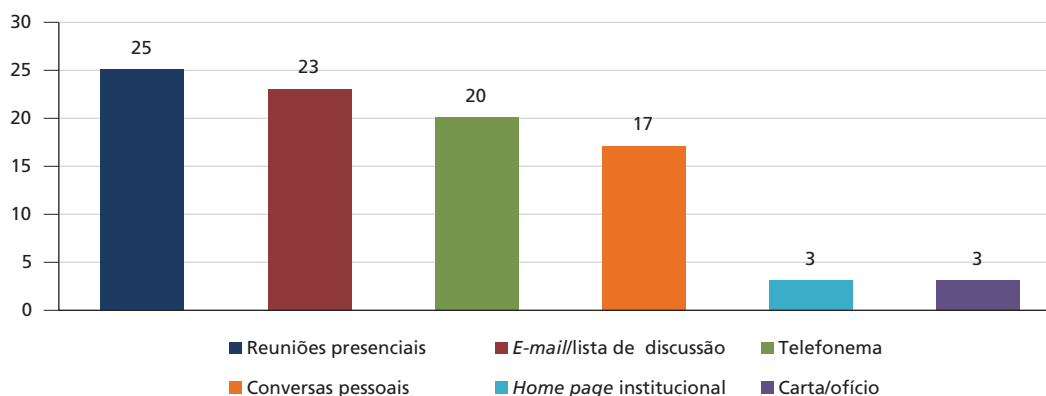
Elaboração dos autores.

Entre os 85% de conselheiros que disseram possuir base de apoio, a maioria afirma manter contato com sua base de apoio com frequência (61%) ou sempre (26%). Dos demais, 7% mantêm contato às vezes e 6% não responderam.

#### 4.2.10 Formas de contato com a base de apoio

Entre os conselheiros que declararam possuir base de apoio, as principais formas de contato que estes utilizam para se comunicar com suas bases estão representadas no gráfico 25 (por número de respostas). É importante notar que mais de uma resposta era possível.

GRÁFICO 25  
Principais formas de contato com a base de apoio



Elaboração dos autores.

Percebe-se que as formas de contato mais frequentes são as reuniões presenciais (25), listas e trocas de e-mail (23), telefonemas (20) e conversas pessoais (17). A página do conselho é apontada por três conselheiros como forma de contato com as bases, enquanto cartas e ofícios também são citados por outros três conselheiros.



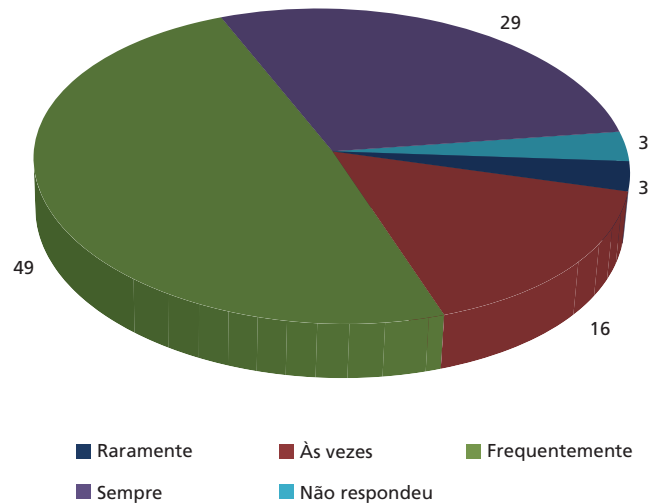
#### 4.2.11 Frequência de consulta à base de apoio

Analisa-se a frequência de consulta à base de apoio para diferentes finalidades. É importante ter em mente que as respostas se referem então, ao conjunto daqueles conselheiros (85%) que declararam possuir base de apoio.

Para definir/sustentar posicionamento no conselho

GRÁFICO 26

**Frequência de consulta à base de apoio para definir posicionamento**  
(Em %)



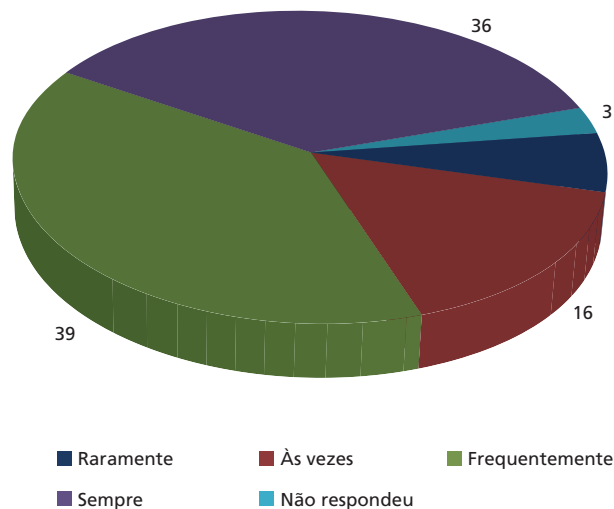
Elaboração dos autores.

A maioria dos conselheiros afirma comunicar-se sempre ou frequentemente com suas bases (78%) a fim de definir o posicionamento a ser defendido no conselho. Dezenove por cento afirmam comunicar-se com suas bases para esta finalidade apenas às vezes ou raramente.

Para relatar debates/deliberações do conselho

GRÁFICO 27

**Frequência de consulta à base de apoio para relatar os debates/deliberações do conselho**  
(Em %)



Elaboração dos autores.

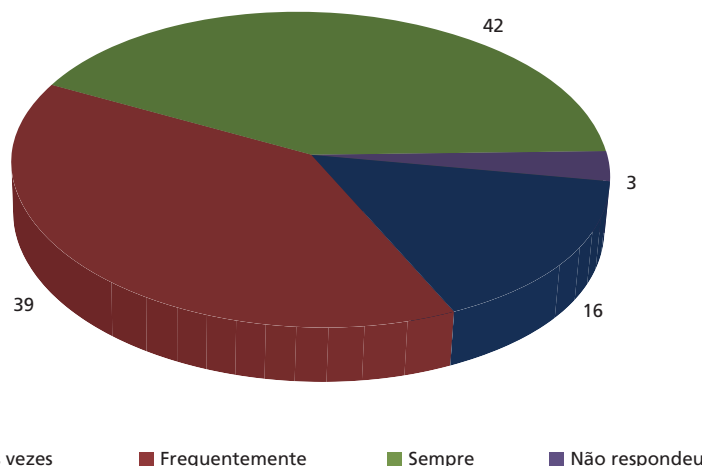
Cerca de 75% dos conselheiros disseram que mantêm comunicação com as bases para relatar as atividades ocorridas no conselho sempre ou de maneira frequente.

#### Para prestar contas sobre a atuação no conselho

GRÁFICO 28

**Frequência de consulta à base de apoio para prestar contas sobre a atuação no conselho**

(Em %)



Elaboração dos autores.

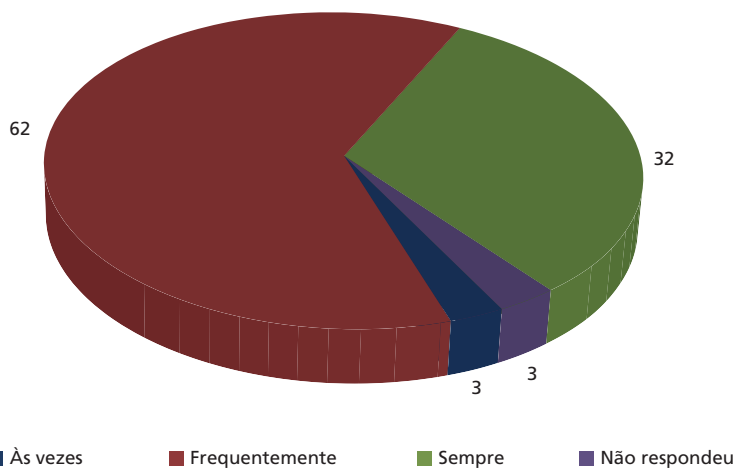
Observa-se que a proporção de pessoas que afirmam consultar a base “frequentemente” ou “sempre” fica em 81% no que se refere à consulta para prestação de contas.

#### Para construir/fortalecer articulações

GRÁFICO 29

**Frequência de consulta à base de apoio para construir/fortalecer articulações**

(Em %)



Elaboração dos autores.

Por fim, no que se refere à comunicação com a base de apoio para construir ou fortalecer articulações, o número elevado de conselheiros que disseram fazê-lo frequentemente ou sempre se mantém elevado (94%).

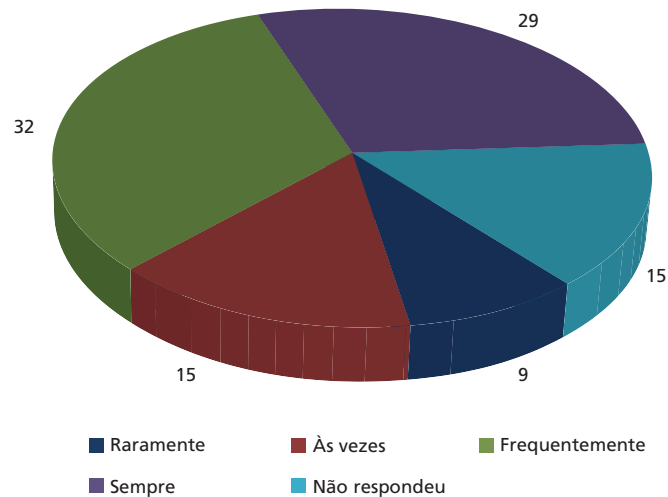
### 4.3 Bloco 3: funcionamento do conselho

#### 4.3.1 Frequência com a qual a atuação dos conselheiros do CNES corresponde aos interesses de seus respectivos setores

GRÁFICO 30

Frequência da correspondência entre a atuação dos conselheiros e os interesses de seu setor

(Em %)



Elaboração dos autores.

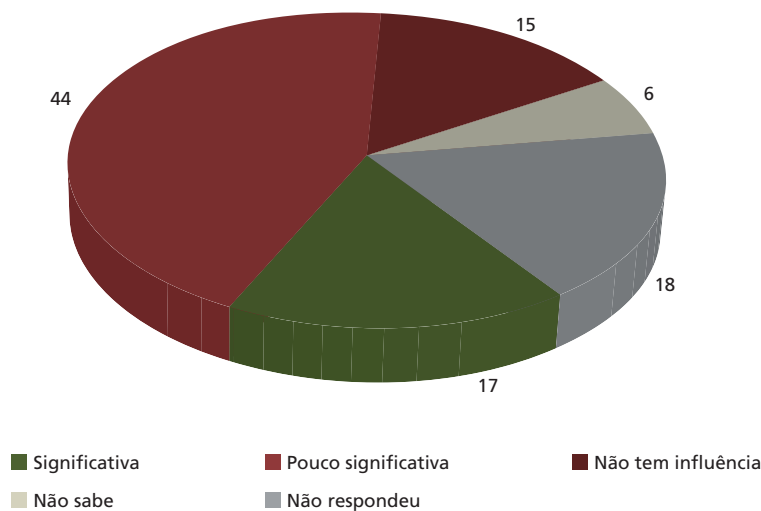
O gráfico 30 mostra um conjunto de respostas bastante variado no que se refere à frequência com que a atuação dos conselheiros corresponde aos interesses de seus respectivos setores. Trinta e dois por cento dos conselheiros indicaram que a correspondência ocorre frequentemente, enquanto 29% disseram que ela ocorre sempre. Quinze por cento dos conselheiros afirmaram que esta correspondência ocorre às vezes, ao passo que 9% disseram que raramente a atuação dos conselheiros corresponde aos interesses dos setores representados por eles. Quinze por cento optaram por não responder.

#### 4.3.2 Percepção dos conselheiros em relação à influência do conselho

Nesta questão, o objetivo é perceber a opinião dos conselheiros acerca do nível de influência do conselho nas diversas arenas políticas nas quais o CNES poderia intervir de alguma forma, influenciando o processo de formulação e implantação de políticas públicas.

## Influência do conselho na agenda do CN

GRÁFICO 31  
**Influência na agenda do Congresso Nacional**  
 (Em %)

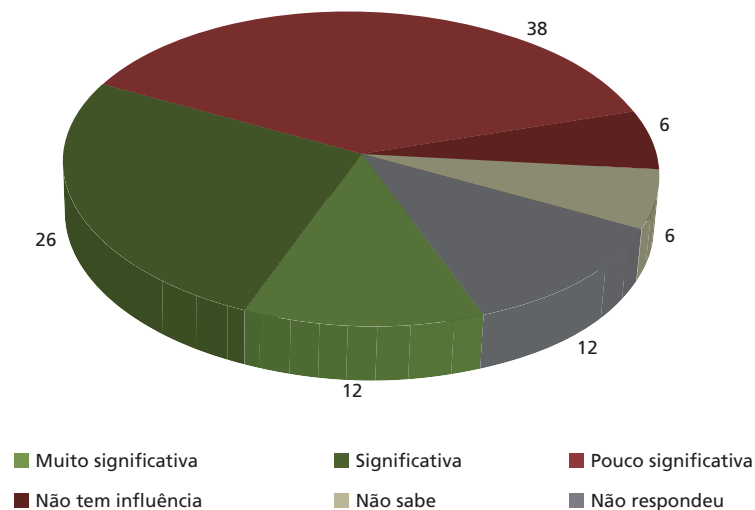


Elaboração dos autores.

A avaliação dos conselheiros em relação à influência do CNES sobre a agenda do CN ainda é bastante negativa: 59% deles consideram esta influência pouco significativa ou sem influência. Entre os demais, 17% acreditam que existe uma influência significativa, 18% dos conselheiros não responderam e 6% não sabiam avaliar.

## Influência do conselho nas políticas públicas do MTE

GRÁFICO 32  
**Influência da atuação do conselho nas políticas públicas do Ministério do Trabalho e Emprego**  
 (Em %)



Elaboração dos autores.

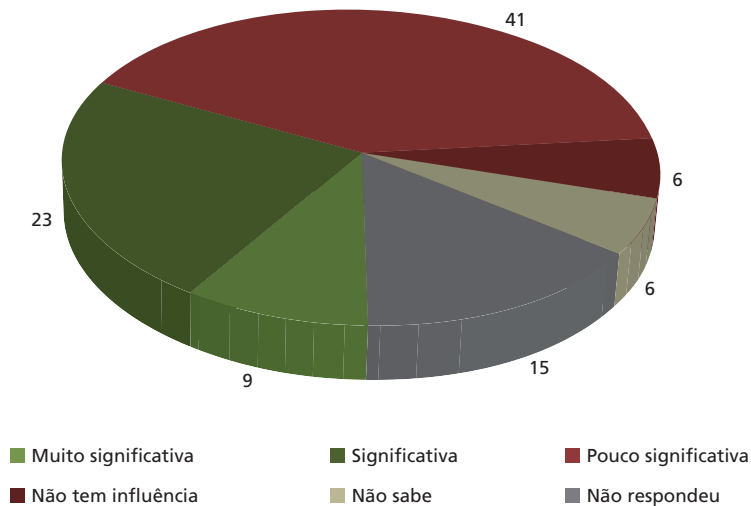
No que se refere à influência sobre as políticas do MTE, órgão ao qual o conselho é vinculado, nota-se que 44% dos conselheiros acreditam que esta é pouco significativa ou que não existe influência. Os que disseram que a influência seria significativa ou muito significativa totalizam 38%. Doze por cento dos conselheiros não responderam à questão e 6% disseram não saber.

### Influência do conselho nas políticas públicas de outros ministérios com os quais o conselho se relaciona

GRÁFICO 33

**Influência da atuação do conselho nas políticas públicas de outros ministérios com os quais o conselho se relaciona**

(Em %)



Elaboração dos autores.

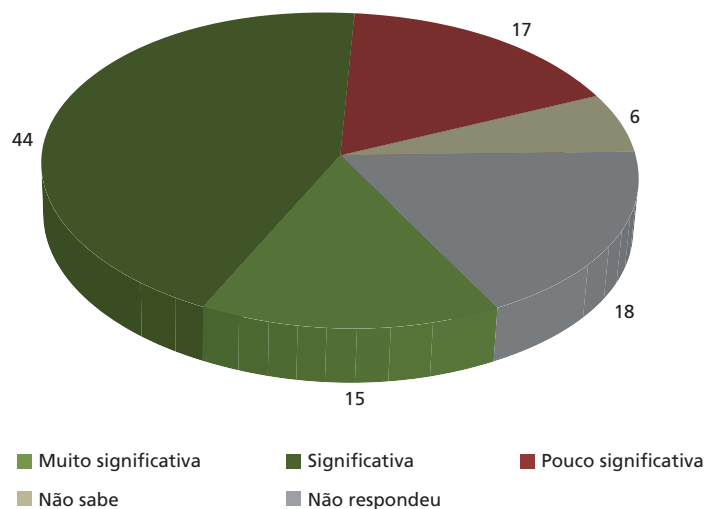
Na avaliação da influência do conselho sobre as políticas de outros ministérios, 32% dos conselheiros acreditam haver uma influência significativa ou muito significativa. Quarenta e um por cento dos conselheiros, no entanto, acham que o impacto do CNES sobre as políticas de outros ministérios é pouco significativo e 6% acham que não há influência. Quinze por cento dos conselheiros não responderam à questão e 6% afirmaram não saber avaliar este aspecto.

### Influência do conselho nas iniciativas da sociedade civil

GRÁFICO 34

**Influência do conselho nas iniciativas da sociedade civil**

(Em %)



Elaboração dos autores.

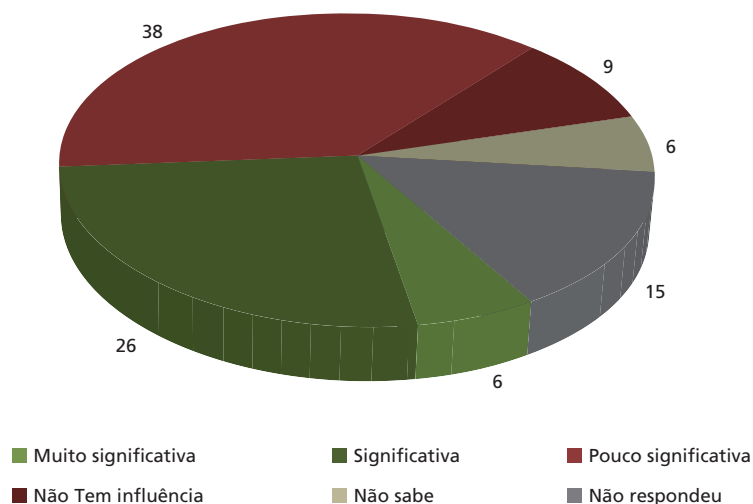
Quanto à influência do conselho sobre as ações da sociedade civil, a avaliação dos conselheiros é mais positiva em relação às avaliações anteriores. Quinze por cento acreditam que a influência é muito significativa e, 44% acham que é significativa, totalizando 59% de avaliações positivas. Por seu turno, 17% dos conselheiros pensam que não há influência, 18% não responderam e 6% afirmaram não saber.

#### Influência do conselho na percepção da opinião pública sobre o tema

GRÁFICO 35

#### Influência do conselho na percepção da opinião pública sobre o tema

(Em %)



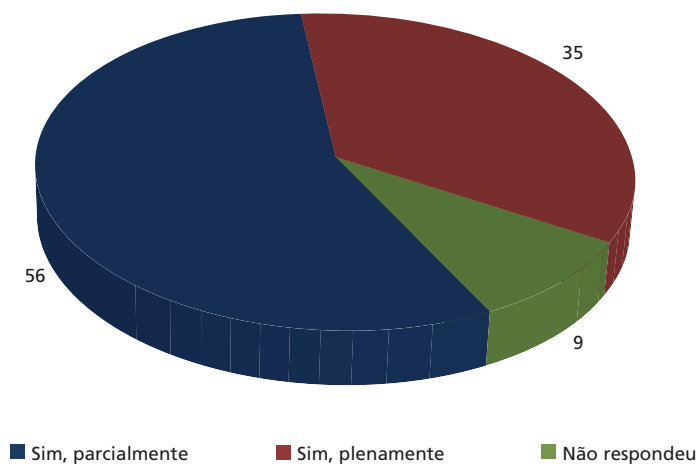
Elaboração dos autores.

Por fim, quanto à influência do CNES sobre a opinião pública com relação à temática da economia solidária, percebe-se que a maior parte dos conselheiros que responderam à questão considera que ela ainda é pouca: 38% dos conselheiros avaliam-na como pouco significativa e 9% declaram não haver influência. Dos demais, 32% consideram haver uma influência significativa ou muito significativa, 15% não responderam à questão e 6% afirmaram não saber.

#### 4.3.3 Compreensão dos assuntos tratados no conselho

Pergunta-se desta forma: “em geral, os assuntos tratados no conselho são facilmente compreendidos por todos os conselheiros?”. Esta questão visa aferir a percepção acerca do entendimento dos conselheiros em relação aos assuntos discutidos no conselho. Como respostas possíveis a esta pergunta, havia as opções: “não”; “sim, parcialmente”; e “sim, plenamente”.

GRÁFICO 36  
**Compreensão dos assuntos tratados no conselho**  
(Em %)



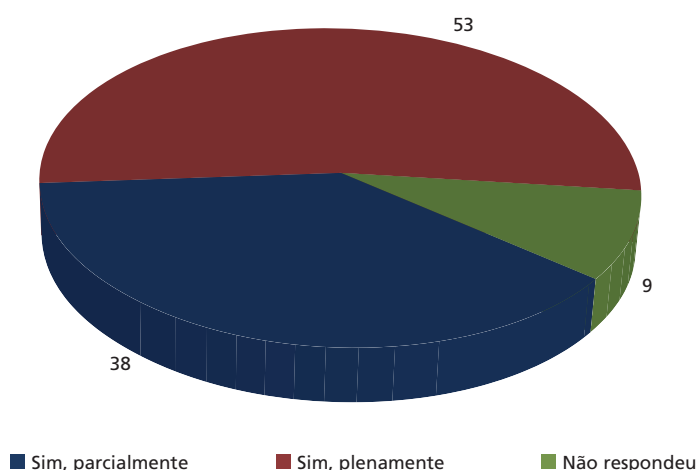
Elaboração dos autores.

Conforme o gráfico 36 ilustra, a maioria dos conselheiros (56%) acredita que os conselheiros compreendem apenas parcialmente os assuntos tratados no conselho. Trinta e cinco por cento disseram que a compreensão é plena e 9% não responderam à questão.

#### 4.3.4 Compreensão da linguagem utilizada nas reuniões do conselho

Neste item, pergunta-se se a linguagem utilizada nas reuniões é facilmente compreendida e apropriada por todos os conselheiros. As opções de resposta também foram: “não”, “sim, parcialmente”; e “sim, plenamente”.

GRÁFICO 37  
**Compreensão da linguagem utilizada nas reuniões**  
(Em %)



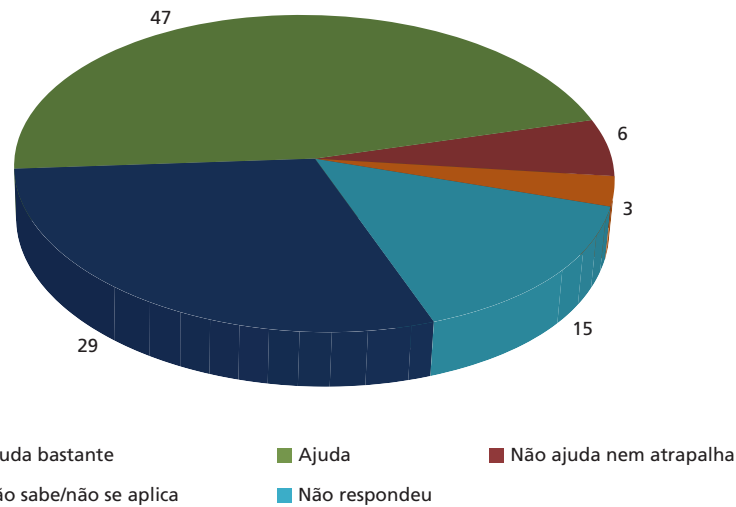
Elaboração dos autores.

Para essa questão, o resultado difere do item sobre a compreensão dos assuntos tratados. Percebe-se um aumento na proporção de conselheiros que acreditam que a linguagem utilizada é compreendida plenamente (53%). A proporção daqueles que acreditam que esta compreensão só ocorre parcialmente se mantém elevada (38%). Nove por cento dos conselheiros não responderam.

### 4.3.5 Avaliação da atuação dos setores do conselho

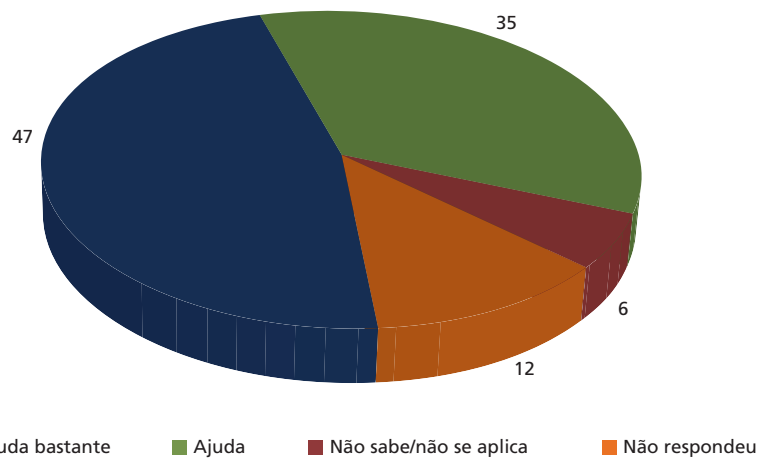
Neste item, pediram aos conselheiros que avaliassem a atuação, dentro do conselho, dos setores que o compõem. Tal qual os gráficos 38, 39 e 40 mostram, a percepção da atuação da sociedade civil é, sobretudo, positiva – tanto o setor de empreendimentos econômicos solidários quanto o de organizações da sociedade civil e serviços sociais apresentam mais de 70% de respostas marcadas nas opções “ajuda” e “ajuda bastante”. No que se refere ao poder público, a avaliação também é predominantemente positiva. É interessante perceber que nenhum dos conselheiros considera que algum dos setores atrapalhe o andamento de processos e discussões do conselho.

GRÁFICO 38  
**Atuação do poder público**  
(Em %)



Elaboração dos autores.

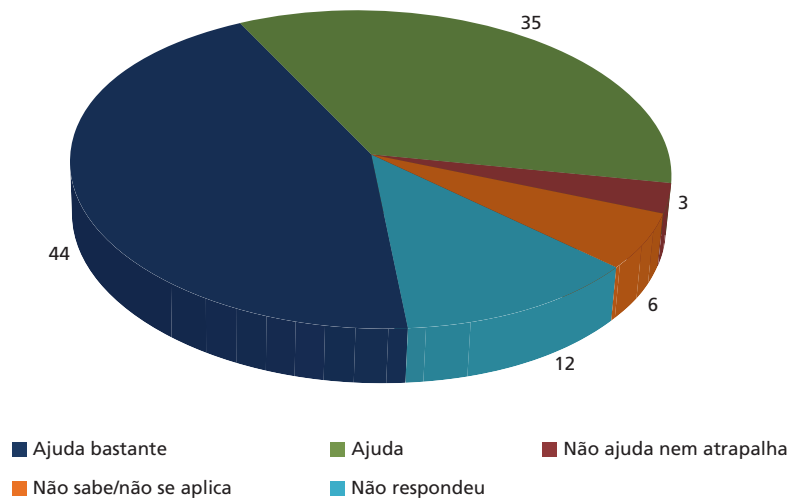
GRÁFICO 39  
**Sociedade civil: empreendimentos econômicos solidários**  
(Em %)



Elaboração dos autores.



GRÁFICO 40  
Sociedade civil: organizações da sociedade civil e serviços sociais

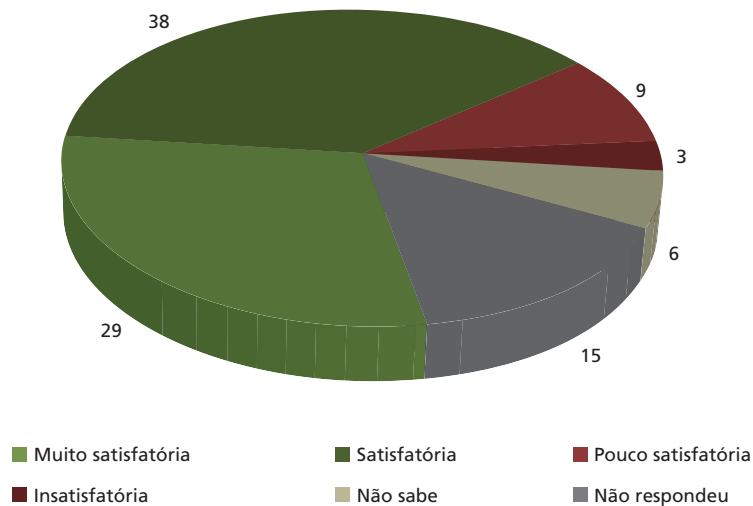


#### 4.3.6 Avaliação das estruturas administrativas e organizacionais do conselho

Avaliar-se-à, então, o nível de satisfação dos conselheiros em relação às estruturas administrativas e organizacionais do CNES.

#### Avaliação da Secretaria Executiva do CNES

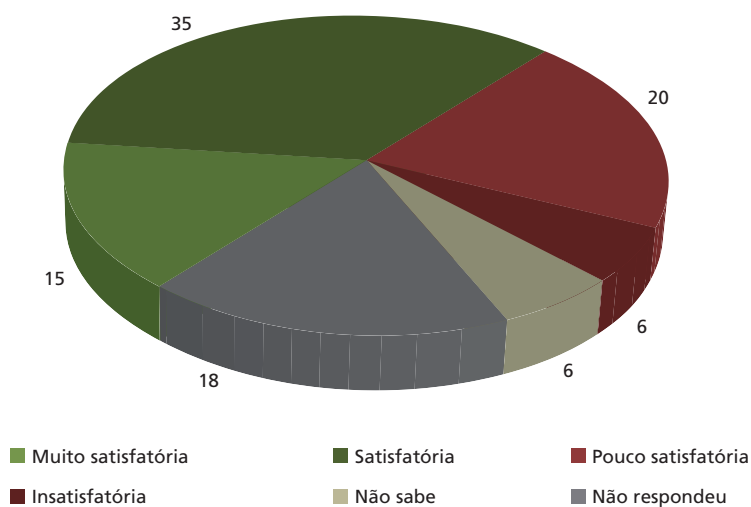
GRÁFICO 41  
Secretaria Executiva do CNES  
(Em %)



No que concerne ao funcionamento da Secretaria Executiva do CNES, a maioria dos conselheiros (67%) acredita que o apoio técnico-administrativo e demais serviços realizados são muito satisfatórios ou satisfatórios. Doze por cento afirmaram que são poucos satisfatórios ou insatisfatórios, 15% não responderam e 6% disseram não saber.

Avaliação dos meios de comunicação e divulgação (informes, *website* e publicações)

GRÁFICO 42  
**Meios de divulgação e comunicação**  
 (Em %)

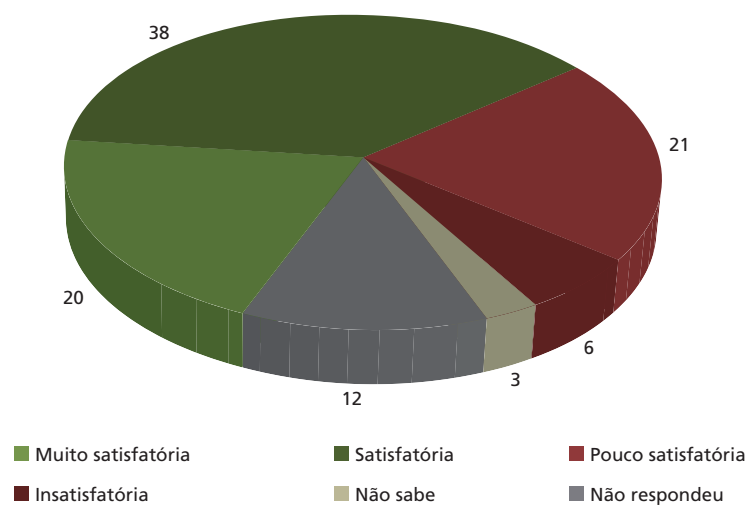


Elaboração dos autores.

Quanto aos meios de divulgação e comunicação do CNES, 50% acreditam que os meios de divulgação são satisfatórios ou muito satisfatórios, e 26% acreditam serem pouco satisfatórios ou insatisfatórios. Dezoito por cento optaram por não responder e 6% não souberam dizer. Metade dos conselheiros mostrou-se satisfeita com os meios de comunicação e a outra metade se dividiu entre os insatisfeitos e os que optaram por não responder ou não sabiam. Isto pode indicar uma fragilidade na divulgação e na comunicação das atividades do conselho.

## Avaliação da Presidência do CNES

GRÁFICO 43  
**Presidência do CNES**  
 (Em %)

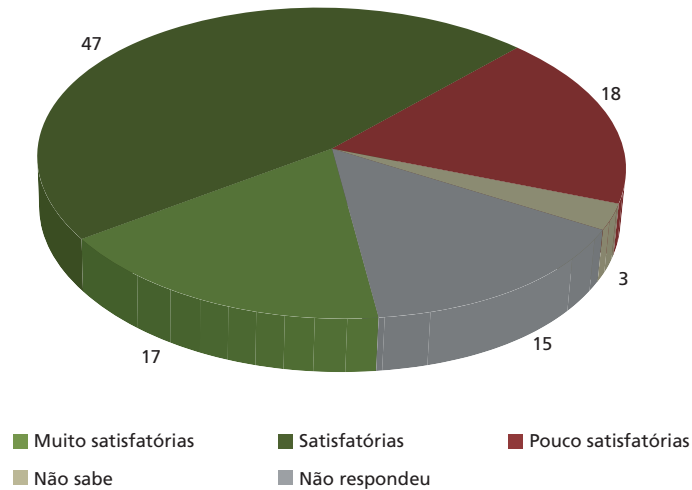


Elaboração dos autores.

No que se refere à Presidência do CNES, o gráfico 43 mostra uma avaliação positiva de sua atuação, sendo que 58% dos conselheiros a consideraram muito satisfatória ou satisfatória. Além disso, 21% dos conselheiros consideraram-na pouco satisfatória e 6%; insatisfatória. Um total de 15% dos conselheiros afirmaram não saber avaliar ou não responderam.

### Avaliação das plenárias do conselho

GRÁFICO 44  
Plenárias  
(Em %)



Elaboração dos autores.

Por fim, coube avaliar o andamento das plenárias do CNES. Neste caso, a avaliação positiva se mantém, com 64% dos conselheiros afirmando que elas são satisfatórias ou muito satisfatórias. Dezoito por cento dos conselheiros disseram, no entanto, que as plenárias são pouco satisfatórias, 15% não souberam responder e 3% marcaram a opção “não sabe”.

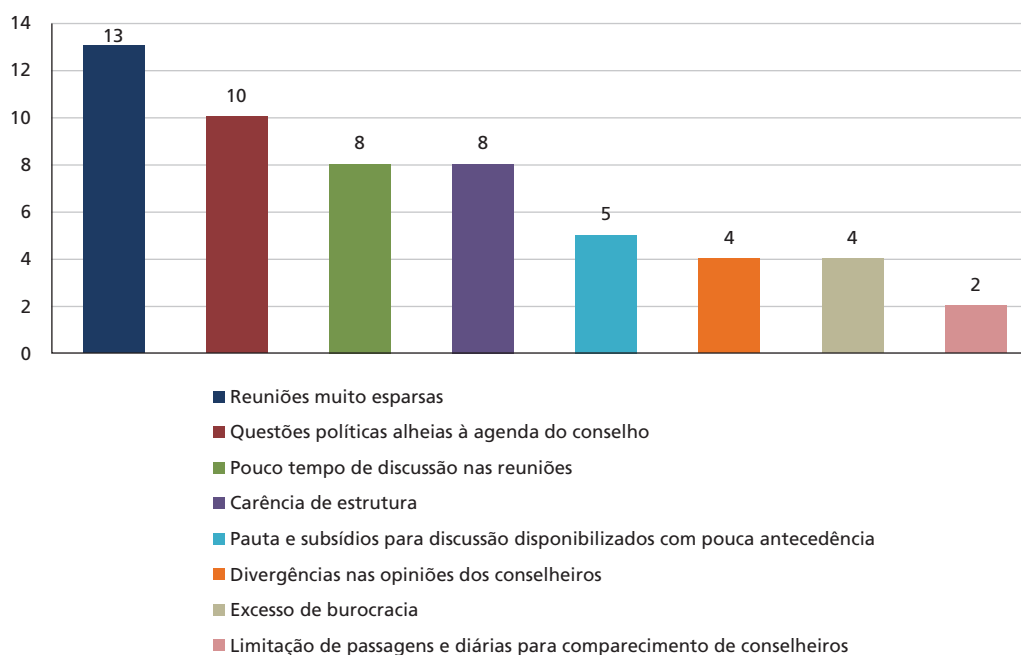
#### 4.3.7 Principais dificuldades e obstáculos enfrentados atualmente pelo conselho

Foi pedido aos conselheiros para que identificassem, entre uma lista de categorias previamente organizada, três dificuldades que eles acreditam serem as principais no que se refere ao processo decisório do CNES. O gráfico 45 mostra a frequência de respostas (em números absolutos) para cada categoria. É possível perceber que as principais dificuldades observadas pelos conselheiros são a baixa prioridade política dada ao conselho por parte da Secretaria-Geral da Presidência da República (14), o fato das reuniões serem esparsas (13), as questões políticas alheias à agenda do conselho (10), a carência de estrutura (8), o pouco tempo de discussão nas reuniões (8) e o fato de a pauta e os subsídios para as reuniões serem disponibilizados com pouca antecedência (5) – algo que impediria uma preparação maior dos conselheiros para os encontros –, o que limitaria a possibilidade de discutir certas questões de maneira mais completa.

Entre as outras opções, estão as divergências de opinião entre os conselheiros e o excesso de burocracia – apontadas como dificuldades por quatro conselheiros cada uma. Dois conselheiros ainda apontam como dificuldade a limitação de passagens e diárias para comparecimento.

GRÁFICO 45

Principais dificuldades e obstáculos enfrentados atualmente pelo conselho (por número de respostas)



Elaboração dos autores.

Por fim, seis conselheiros optaram por apontar outras dificuldades que incluíram:

- ausência dos representantes do governo nas reuniões (três menções);
- falta de debate com a base; e
- ausência dos conselheiros nas reuniões.

## 5 QUESTÕES ABERTAS

Havia duas questões abertas, de livre resposta, no questionário. A questão 27 perguntava aos conselheiros quais os principais pontos fortes da atuação do conselho, enquanto a questão 28 buscava obter as opiniões dos conselheiros quanto ao tipo de ações que poderia ser implantado para a melhoria da atuação do CNES. Um número considerável de conselheiros respondeu às questões: quase 62% responderam à questão 27 e quase 65% responderam à questão 28. De maneira a melhor organizar as respostas, elaboraram-se categorias que representam o conteúdo geral destas, permitindo sua sistematização. É importante ter em mente que os conselheiros poderiam apontar mais de um aspecto em suas respostas.

### 5.1 Pontos fortes do CNES

A primeira questão aberta, sobre quais são os pontos fortes do conselho, resultou nas categorias listadas na tabela 3.

TABELA 3  
Pontos fortes do CNES

Pontos fortes	Número de respostas
Fortalecimento das políticas públicas de economia solidária	10
Exercício da democracia e do controle social	9
Representatividade	6
Presença da discussão sobre economia solidária em muitas áreas de governo	4
Articulação de uma diversidade de entidades e pessoas em favor da economia solidária	4
Realização das conferências, atuação nos fóruns e nas regionais de economia solidária	3
Oportunidade de debater a questão da economia solidária	2
Formação de conselheiros	1
Ajuda à composição da pauta do governo na relação com a sociedade civil	1

Fonte: Dados da pesquisa

Como é possível perceber a partir da tabela 3, o aspecto mais mencionado como ponto forte do conselho foi o fortalecimento das políticas públicas de economia solidária, aspecto apontado dez vezes. Elogia-se, neste caso, a possibilidade de expor e discutir demandas para o avanço das políticas de economia solidária, a proposição de políticas inovadoras como contraponto à economia tradicional e a construção de referenciais para a economia solidária no Brasil. O segundo aspecto mais citado – por nove conselheiros – foi o exercício da democracia e do controle social, por meio da valorização do conselho como espaço democrático de debate e da possibilidade de monitorar e acompanhar as políticas ligadas ao tema, além de empoderamento de atores chave e socialização de experiências. A representatividade também foi apontada como um aspecto forte do conselho, considerado um grande espaço de representação da sociedade civil e do governo – seis conselheiros citaram esse aspecto.

A interação com diversos ministérios que possuem ligação com a economia solidária, tornando-o um tema transversal, é apontada por quatro conselheiros como um aspecto positivo do CNES. Para eles, o conselho é um espaço que proporciona a participação de várias áreas do governo em torno do tema da economia solidária. No quarto ponto, também com quatro apontamentos, estão a sinergia de forças e a diversidade de entidades e pessoas reunidas para pensar a economia solidária.

Por fim, foram apontados de forma positiva aspectos como atuação nas conferências, nos fóruns e nas regionais de economia solidária (3), a própria oportunidade de debater a questão da economia solidária (2), a formação de conselheiros (1) e a ajuda do conselho na composição da pauta de atuação do governo em relação à sociedade civil.

Conforme dito anteriormente, a segunda questão indagava o que poderia ser feito para melhorar a atuação do conselho. As respostas a esta questão foram agrupadas nas categorias listadas na tabela 4.

TABELA 4  
Sugestões de melhorias na atuação do CNES

Sugestões de melhoria	Número de respostas
Maior participação do poder público	9
Fortalecimento da economia solidária	5
Melhoraria da comunicação do conselho	4
Revisão das regras do conselho	3
O conselho deve passar a ser deliberativo	2
Melhoria da estrutura do conselho	2
Capacitação de conselheiros	2
A Senaes deve adquirir força de ministério	1

Fonte: Dados da pesquisa.

Nove conselheiros apontaram como sugestão de melhoria o aumento da participação do poder público no conselho – os conselheiros se queixam do número reduzido de representantes dos ministérios nas reuniões do CNES, a presença do governo significa para eles a valorização da economia solidária por parte destes órgãos. De acordo com estes conselheiros, seria necessário reduzir a frequência da substituição dos representantes do poder público nas reuniões. É necessário também estabelecer mecanismos que assegurem assiduidade e pontualidade nas reuniões. A maior participação do governo inclui também a necessidade de o tema estar na pauta e nas prioridades do governo.

Quatro conselheiros deram respostas relacionadas à melhoria da comunicação do conselho; houve a sugestão de criação de fórum permanente de discussão na *web* e uma maior interação com estados e municípios, favorecendo a formação de convênios. Sugeriu-se tentar promover o tema da economia solidária para maior conhecimento da sociedade, de outros conselhos e de setores e segmentos. Três conselheiros propõem rever as regras quanto à composição, à objetividade e à definição de prioridades.

Por último, dois conselheiros responderam que o conselho deveria passar a ser deliberativo. Igual quantidade propõe uma melhor estrutura técnica e de pessoal e também sugere um programa de capacitação de conselheiros com desenvolvimento de planos de ação no qual cada membro possuiria uma agenda de compromissos vinculada ao conselho, cursos de capacitação e disponibilização de material formativo e informativo. Além disso, considera-se importante socializar experiências e conhecimentos com outros conselhos e diversos setores envolvidos na dinâmica da economia solidária.

## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS: QUESTÕES PARA DEBATE

A partir da sistematização das respostas dos conselheiros, foi possível traçar o perfil desses representantes, bem como verificar suas percepções acerca da forma de atuação, avaliação do trabalho do conselho e influência do conselho nas políticas públicas. Os principais resultados obtidos foram aqui apresentados, assim como alguns tópicos para debate e reflexão a respeito do funcionamento do conselho. Tais reflexões têm o intuito de auxiliar o conselho na busca conjunta de caminhos para a melhoria de seu processo decisório e para uma melhor articulação do CNES com demais conselhos, instâncias governamentais e entidades da sociedade civil.<sup>2</sup>

2. O período analisado nesta pesquisa, aos quais os conselheiros se reportam em suas respostas, corresponde ao período anterior a março de 2011, quando os questionários foram aplicados.

Parece importante ressaltar o que foi considerado como positivo pela maioria dos conselheiros e que pode servir como exemplos de boas práticas, tanto para os conselhos estaduais e municipais vinculados à temática, quanto para os conselhos nacionais de outras áreas de política pública. Tratam-se, também, dos aspectos que precisam ser aprimorados, segundo as respostas dadas pelos conselheiros.

Alguns aspectos que merecem destaque no que se refere às avaliações positivas por parte dos conselheiros são: o número total de conselheiros, bem como a diversidade de setores representados no CNES; aspectos que se relacionam e corroboram o caráter de fortalecimento da democracia e do controle social, apontados como um dos pontos mais fortes de existência e atuação dos conselhos. Cabe ainda mencionar a avaliação positiva da articulação dos conselheiros em geral com os setores do conselho que representam a sociedade civil, assim como a influência do conselho na sociedade como um todo.

Os conselheiros também se mostraram, em sua maioria, satisfeitos com alguns componentes da estrutura administrativa e organizacional do conselho; especificamente, a Secretaria Executiva, a Presidência e as plenárias.

Pode-se deduzir de acordo com os dados apresentados no relatório que entre os aspectos que precisam ser aperfeiçoados para o melhor funcionamento e a efetividade do conselho, estão principalmente as questões referentes à influência do conselho sobre outras instâncias, como o CN, o próprio MTE, outros ministérios e a opinião pública. Os meios de comunicação e divulgação do trabalho do CNES também podem ter sua influência potencializada.

Em relação às dificuldades enfrentadas pelo CNES, aspectos indicados por seus membros incluem o grande intervalo entre uma reunião e outra, a discussão de questões políticas alheias à agenda do conselho, o pouco tempo para debate durante os encontros e a carência de estrutura.

Os conselheiros foram questionados sobre sugestões de melhoria ao processo participativo dentro do CNES, podendo escrever livremente sobre o assunto. A estas sugestões, adicionaram-se alguns tópicos que parecem necessitar de maior reflexão no que se refere ao processo do conselho e à sua atuação. Sugere-se que o conselho aprofunde o debate sobre estas questões, na medida em que estas têm o potencial de aperfeiçoar o processo decisório do CNES, além de constituírem, eventualmente, temas importantes para futuros estudos.

- 1) Buscar mecanismos de incentivo a uma maior participação dos órgãos do poder público representados no conselho. Ficou clara na análise dos dados a cobrança de uma atuação mais presente e compromissada dos conselheiros do poder público. Buscar estratégias que incentivem uma participação ampliada destes representantes é importante para que haja um debate mais plural e mesmo para o encaminhamento de decisões do conselho.
- 2) Aperfeiçoamento das reuniões e das questões técnico-administrativas. As reuniões são mais produtivas quando os conselheiros recebem a pauta e o material de estudo com antecedência, pois estes precisam reservar um tempo em suas respectivas agendas para estudar os temas que serão discutidos nas reuniões do conselho. Alguns conselheiros apontaram a necessidade de ampliar o tempo de discussão, permitindo que os temas de pauta sejam mais bem trabalhados. Verifica-se também a preocupação com a frequência das reuniões, que, segundo algumas respostas, poderia ser maior.
- 3) Melhorar os meios de comunicação e divulgação do trabalho do conselho. A comunicação e a difusão do trabalho do CNES são fundamentais para a interação com

segmentos que têm relação com a economia solidária, bem como para a sensibilização da sociedade quanto ao tema. Portanto, seria útil estabelecer uma relação direta com meios de comunicação – canais de televisão, jornais, revistas e redes sociais – que possam levar a um público mais amplo informações sobre o trabalho do conselho. Além disso, fomentar o diálogo com movimentos sociais e organizações da sociedade civil ligados à temática é vital para a efetividade do trabalho.

- 4) Aperfeiçoar a articulação do CNES com outros órgãos governamentais e com o CN. A análise dos dados evidencia uma necessidade maior de diálogo e articulação com outras instâncias governamentais para que o trabalho realizado pelo CNES seja levado em conta e impacte as políticas e as decisões que são tomadas nesses espaços.
- 5) Programa permanente de capacitação. Uma atuação propositiva perante as políticas públicas pressupõe atores bem informados e capacitados. Logo, implantar um sistema permanente de capacitação para os conselheiros nacionais contribui para fortalecer o trabalho do conselho. Tal iniciativa tem o potencial de contribuir para a melhoria do trabalho e auxiliar na difusão dos conhecimentos acerca das práticas democráticas.

Por fim, ressalte-se que os tópicos para debate aqui apresentados serão aprofundados na segunda etapa da pesquisa, que irá analisar, de forma conjunta, as informações obtidas neste e nos demais relatórios (relativos ao conjunto dos 21 conselhos e das três comissões nacionais analisados). O Ipea agradece a colaboração dos conselheiros nesta primeira etapa e aceita sugestões para a continuação do trabalho, na tentativa de contribuir com o fortalecimento da democracia, do controle social e da participação da sociedade nas políticas públicas brasileiras.

## REFERÊNCIAS

- BARBOSA, R. N. C. **A política pública de economia solidária**. São Paulo: Cortez Editora, 2007.
- BRASIL. Decreto nº 5.811, de 21 de junho de 2006. Dispõe sobre a composição, estruturação, competências e funcionamento do Conselho Nacional de Economia Solidária – CNES. Brasília, 2006a.
- BRASIL. Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003. Dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios e dá outras providências. Brasília: Presidência da República, 2003.
- BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. Conselho Nacional de Economia Solidária. [s.d.]. Disponível em: <[http://www3.mte.gov.br/ecosolidaria/cons\\_default.asp](http://www3.mte.gov.br/ecosolidaria/cons_default.asp)>. Acesso em: 21 dez. 2011.
- \_\_\_\_\_. Resolução nº 1, de 7 de dezembro de 2006. Aprova o Regimento Interno do Conselho Nacional de Economia Solidária. Brasília: CNES, 2006b.
- \_\_\_\_\_. Congresso Nacional. **A mulher na Câmara dos Deputados**. 2011. Disponível em: <<http://www2.camara.gov.br/documentos-e-pesquisa/fiquePorDentro/temas/mulheresnoparlamento/bancada-feminina>>. Acesso em: 8 ago. 2011.
- CASTANHEIRA, M. E. M.; PEREIRA, J. R. Ação coletiva no âmbito da economia solidária e da autogestão. **Katál**, Florianópolis, v. 11, n. 1, p. 116-122, jan./jun. 2008.
- CUNHA, G. C. Redes de relações no desenvolvimento de políticas públicas: notas de pesquisa sobre as ações do governo federal voltadas à economia solidária. **Boletim Mercado de Trabalho**, n. 48, p. 71-79, ago. 2011.
- IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Características étnico-raciais da população: um estudo das categorias de classificação de cor ou raça**. 2008.



Disponível em: <[http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/caracteristicas\\_raciais/PCERP2008.pdf](http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/caracteristicas_raciais/PCERP2008.pdf)>.

\_\_\_\_\_. **Síntese de indicadores sociais:** uma análise das condições de vida da população brasileira. 2010a. Disponível em: <[http://ibge/home/estatistica/populacao/condicaodevida/indicadoresminimos/sinteseindicsoais2010/SIS\\_2010.pdf](http://ibge/home/estatistica/populacao/condicaodevida/indicadoresminimos/sinteseindicsoais2010/SIS_2010.pdf)>.

\_\_\_\_\_. **POF 2008/2009 mostra desigualdades e transformações no orçamento das famílias brasileiras.** 2010b. Disponível em: <[http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/noticia\\_visualiza.php?id\\_noticia=1648&id\\_pagina=1](http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/noticia_visualiza.php?id_noticia=1648&id_pagina=1)>. Acesso em: 8 ago. 2011.

IPEA – INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. **Brasil em Desenvolvimento:** Estado, planejamento e políticas públicas. Brasília: Ipea, 2010. v. 3.

MINAS GERAIS. Secretaria Especial de Economia Solidária. **Documento propositivo para implantação e estruturação.** Brasília, 23 dez. 2010. Disponível em: <<http://www.conselhos.mg.gov.br/uploads/27/Documento%20Propositivo%20SEES.pdf>>.

SARDÁ, M. Oito anos da Secretaria Nacional de Economia Solidária (Senaes): significados e perspectivas. **Boletim Mercado de Trabalho**, n. 48, p. 57-70, ago. 2011.

SCHWARTZMAN, S. **Cor, raça, discriminação e identidade social no Brasil.** 1998. Disponível em: <<http://www.schwartzman.org.br/simon/cor.htm>>. Acesso em: 8 ago. 2011.

XAVIER, E. Economia solidária: um novo modo de viver. **Boletim Mercado de Trabalho**, n. 40, p. 69-73, ago. 2009.

## APÊNDICE A

Observação para facilitar o preenchimento:

**Setor** – Considere o termo “setor” como sendo aquele estabelecido para fins de composição deste conselho: representantes do poder público e da sociedade civil, sendo esta última subdividida em: *i*) empreendimentos econômicos solidários; e *ii*) organizações da sociedade civil e serviços sociais.

**Base de apoio** – Considere como “base de apoio” o grupo principal de pessoas representadas pelo(a) conselheiro(a).

### BLOCO 1: CARACTERIZAÇÃO DO(A) ENTREVISTADO(A)

#### 1) Sexo:

1. ( ) Masculino    2. ( ) Feminino

#### 2) Cor/raça (marque apenas uma alternativa):

1. ( ) Branca                      2. ( ) Preta                      3. ( ) Amarela  
4. ( ) Parda                      5. ( ) Indígena

#### 3) Escolaridade:

1. ( ) Ensino fundamental                      2. ( ) Ensino médio  
3. ( ) Superior incompleto                      4. ( ) Superior completo  
5. ( ) Especialização                      6. ( ) Mestrado incompleto  
7. ( ) Mestrado completo                      8. ( ) Doutorado incompleto  
9. ( ) Doutorado completo

#### 4) Qual sua religião ou culto? \_\_\_\_\_

#### 5) Faixa etária:

1. ( ) até 20 anos                      2. ( ) de 21 a 30 anos                      3. ( ) de 31 a 40 anos  
4. ( ) de 41 a 60 anos                      5. ( ) mais de 60 anos

#### 6) Renda familiar mensal (média)

1. ( ) Abaixo de R\$ 500,00                      2. ( ) De R\$ 500,00 até R\$ 1.500,00                      3. ( ) De R\$ 1.501,00 até R\$ 2.500,00  
4. ( ) De R\$ 2.501,00 até R\$ 4.000,00                      5. ( ) De R\$ 4.001,00 a R\$ 8.000,00                      6. ( ) De R\$ 8.001,00 a R\$ 12.000,00  
7. ( ) Acima de R\$ 12.001,00                      8. ( ) Não sabe

#### 7) Município/UF de residência: \_\_\_\_\_



**14) Na sua atuação no conselho, que interesses você defende *prioritariamente*?**

Assinale suas três opções, em ordem de relevância, indicando com um “X” sua 1ª, 2ª e 3ª opção para os itens abaixo:

	1ª opção	2ª opção	3ª opção
1. Nenhum interesse específico, sigo apenas as minhas convicções pessoais	( )	( )	( )
2. Interesses da minha instituição	( )	( )	( )
3. Interesses do meu setor	( )	( )	( )
4. Interesses de redes ou movimentos organizados em função de temas ou problemas específicos	( )	( )	( )
5. Interesses de toda a coletividade	( )	( )	( )
6. Não sabe	( )	( )	( )
7. Outros _____	( )	( )	( )

**15) Avalie o seu grau de articulação com os demais setores do conselho, segundo a tabela abaixo (marque com um “X” a coluna correspondente a cada setor):**

	Muito satisfatória	Satisfatória	Pouco satisfatória	Insatisfatória	Não sabe/não se aplica
1. Poder público	( )	( )	( )	( )	( )
2. Sociedade civil – empreendimentos econômicos solidários	( )	( )	( )	( )	( )
3. Sociedade civil – organizações da sociedade civil e serviços sociais	( )	( )	( )	( )	( )

**16) No exercício do seu mandato como conselheiro(a), você tem alguma base de apoio?**

1. ( ) Sim. Qual(is)? \_\_\_\_\_
2. ( ) Não.
3. ( ) Não sabe.

**17) Com que frequência você mantém contato com sua(s) base(s) de apoio?**

1. ( ) Não tenho base de apoio
2. ( ) Nunca
3. ( ) Raramente
4. ( ) Às vezes
5. ( ) Com frequência
6. ( ) Sempre
7. ( ) Não sabe

**18) Quais as principais formas de contato com a sua base de apoio? (Marque as três principais)**

1. ( ) Não tenho base de apoio
2. ( ) Telefonema
3. ( ) *E-mail*/lista de discussão
4. ( ) Reuniões presenciais
5. ( ) Conversas pessoais
6. ( ) Orkut, Facebook, Twitter e afins
7. ( ) *Home page* institucional
8. ( ) Carta/ofício
9. ( ) Fax
10. ( ) Mensagem (torpedo/SMS)
11. ( ) Não sabe
12. ( ) Outra: \_\_\_\_\_

**19) Com que frequência você consulta sua base de apoio para:****I – Definir/sustentar posicionamento no conselho:**

1. ( ) Nunca                                      2. ( ) Raramente                                      3. ( ) Às vezes  
4. ( ) Frequentemente                                      5. ( ) Sempre                                      6. ( ) Não sabe/não se aplica

**II – Relatar os debates/deliberações do conselho:**

1. ( ) Nunca                                      2. ( ) Raramente                                      3. ( ) Às vezes  
4. ( ) Frequentemente                                      5. ( ) Sempre                                      6. ( ) Não sabe/não se aplica

**III – Prestar contas sobre a sua atuação no conselho:**

1. ( ) Nunca                                      2. ( ) Raramente                                      3. ( ) Às vezes  
4. ( ) Frequentemente                                      5. ( ) Sempre                                      6. ( ) Não sabe/não se aplica

**IV – Construir/fortalecer articulações:**

1. ( ) Nunca                                      2. ( ) Raramente                                      3. ( ) Às vezes  
4. ( ) Frequentemente                                      5. ( ) Sempre                                      6. ( ) Não sabe/não se aplica

**BLOCO 3: FUNCIONAMENTO DO CONSELHO****20) Para você, com que frequência a atuação dos(as) conselheiros(as) corresponde aos interesses de seus respectivos setores?**

1. ( ) Nunca                                      2. ( ) Raramente                                      3. ( ) Às vezes  
4. ( ) Frequentemente                                      5. ( ) Sempre                                      6. ( ) Não sabe/não se aplica

**21) Avalie a influência da atuação do conselho em relação a:**

	Muito significativa	Significativa	Pouco significativa	Não tem influência	Não sabe
1. Agenda do Congresso Nacional	( )	( )	( )	( )	( )
2. Políticas públicas do Ministério do Trabalho e Emprego	( )	( )	( )	( )	( )
3. Políticas públicas de outros ministérios com os quais a comissão se relaciona	( )	( )	( )	( )	( )
4. Iniciativas da sociedade civil	( )	( )	( )	( )	( )
5. Iniciativas do setor produtivo	( )	( )	( )	( )	( )

**22) Em geral, os assuntos tratados no conselho são facilmente compreendidos por todos os(as) conselheiros(as)?**

1. ( ) Não                                      2. ( ) Sim, parcialmente                                      3. ( ) Sim, plenamente

**23) A linguagem utilizada nas reuniões é facilmente compreendida e apropriada por todos os conselheiros?**

1. ( ) Não                                      2. ( ) Sim, parcialmente                                      3. ( ) Sim, plenamente

**24) Em geral, como você avalia o papel dos setores abaixo na atuação do conselho? (Marque com um "X" a coluna correspondente a cada setor)**

	Ajuda bastante	Ajuda	Não ajuda nem atrapalha	Atrapalha	Atrapalha bastante	Não sabe/não se aplica
1. Poder público	( )	( )	( )	( )	( )	( )
2. Sociedade civil – empreendimentos econômicos solidários	( )	( )	( )	( )	( )	( )
3. Sociedade civil – organizações da sociedade civil e serviços sociais	( )	( )	( )	( )	( )	( )

**25) Avalie as seguintes estruturas administrativas e organizacionais do conselho (marque com um "X" a coluna correspondente a cada setor/segmento):**

	Muito satisfatória	Satisfatória	Pouco satisfatória	Insatisfatória	Não sabe/não se aplica
1. Secretaria Executiva	( )	( )	( )	( )	( )
2. Meios de comunicação e divulgação (informes, <i>website</i> , publicações)	( )	( )	( )	( )	( )
3. Regimento interno e resoluções	( )	( )	( )	( )	( )
4. Presidência	( )	( )	( )	( )	( )
5. Plenária	( )	( )	( )	( )	( )
6. Comissões temáticas	( )	( )	( )	( )	( )

**26) Na sua opinião, quais são as principais dificuldades e obstáculos enfrentados atualmente pelo conselho? (Marque no máximo três alternativas)**

1. ( ) Pouco tempo de discussão nas reuniões
2. ( ) Reuniões muito esparsas
3. ( ) Excesso de reuniões
4. ( ) Pauta e subsídios para discussão disponibilizados com pouca antecedência
5. ( ) Carência de estrutura (salas, espaço físico e equipamentos)
6. ( ) Questões políticas alheias à agenda do conselho
7. ( ) Excesso de burocracia
8. ( ) Divergência nas opiniões dos conselheiros
9. ( ) Baixa prioridade política por parte da Secretaria-Geral da Presidência da República
10. ( ) Limitação de passagens e diárias para comparecimento de conselheiros
11. ( ) O mandato de conselheiro(a) não é remunerado pelo governo
12. ( ) Outras \_\_\_\_\_

**27) Quais os principais pontos fortes na atuação do conselho?**

**28) O que poderia ser feito para melhorar a atuação do conselho?**

**Muito obrigado!**

**29) Espaço destinado para considerações adicionais, bem como críticas e sugestões sobre este questionário.**

## APÊNDICE B



### Projeto Institucionalização da Participação Social no Brasil

Senhor(a) conselheiro(a),

O Ipea vem incorporando os temas da participação e do diálogo como centrais na sua agenda de debates e formulações sobre o desenvolvimento. Esta nova frente de atuação do instituto, de seus pesquisadores e redes associadas, se tem desenvolvido das mais variadas maneiras – envolvendo desde pesquisas para a melhor compreensão da estrutura e do funcionamento dos conselhos e conferências, em nível nacional e local, até a celebração de acordos com conselhos específicos, visando à produção de relatórios propositivos em relação à estrutura dos conselhos e à sua forma de relacionamento com a política pública de seus respectivos setores.

No momento, iniciamos um estudo sobre o funcionamento dos conselhos atuantes em âmbito nacional, incluindo o CNES. Para tanto, aplicaremos o questionário em anexo junto aos conselheiros deste conselho, visando conhecer suas opiniões sobre a atuação do CNES.

Gostaríamos de salientar que as suas respostas a este questionário serão tratadas com confidencialidade e não haverá qualquer menção a nomes de conselheiros ou da organização a que este pertença, quando da produção dos relatórios de pesquisa. Os questionários serão de acesso e uso exclusivo do Ipea, sendo vedado o acesso aos dados brutos por qualquer outra instituição.

Reiteramos que a sua colaboração é fundamental para que possamos compreender melhor o alcance e as potencialidades da participação social na construção de políticas públicas capazes de responder aos desafios colocados ao desenvolvimento do nosso país.

Estamos à disposição para dúvidas, críticas, contribuições e comentários acerca deste estudo e, desde já, agradecemos sua valiosa colaboração. Informações adicionais sobre esta pesquisa podem ser obtidas no *e-mail* joana.alencar@ipea.gov.br.

Atenciosamente,  
**Marcio Pochmman**  
Presidente do Ipea





## **Ipea – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada**

### **EDITORIAL**

#### **Coordenação**

Cláudio Passos de Oliveira

#### **Supervisão**

Everson da Silva Moura

Marco Aurélio Dias Pires

#### **Revisão**

Andressa Vieira Bueno

Laeticia Jensen Eble

Luciana Dias Jabbour

Mariana Carvalho

Olavo Mesquita de Carvalho

Reginaldo da Silva Domingos

Celma Tavares de Oliveira (estagiária)

Patrícia Firmina de Oliveira Figueiredo (estagiária)

#### **Editoração**

Aline Rodrigues Lima

Andrey Tomimatsu

Danielo Leite de Macedo Tavares

Jeovah Herculano Szervinsk Junior

Daniella Silva Nogueira (estagiária)

Leonardo Hideki Higa (estagiário)

#### **Capa**

Andrey Tomimatsu

#### **Livraria do Ipea**

SBS - Quadra 1 - Bloco J - Ed. BNDES - Térreo

70076-900 - Brasília - DF

Tel.: (61) 3315-5336

Correio eletrônico: [livraria@ipea.gov.br](mailto:livraria@ipea.gov.br)

## Missão do Ipea

Produzir, articular e disseminar conhecimento para aperfeiçoar as políticas públicas e contribuir para o planejamento do desenvolvimento brasileiro.

**ipea** Instituto de Pesquisa  
Econômica Aplicada

**SAE**  
SECRETARIA DE ASSUNTOS ESTRATÉGICOS  
PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

Secretaria-Geral da  
**Presidência da República**

G O V E R N O F E D E R A L  
**BRASIL**  
PAÍS RICO É PAÍS SEM POBREZA